

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

CAMILA HELENA PEREIRA GONÇALVES

**O CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO E SEU PAPEL PARA A CONSTRUÇÃO DA
SEGURANÇA REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL.**

**Sant'Ana do Livramento
2014**

CAMILA HELENA PEREIRA GONÇALVES

**O CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO E SEU PAPEL PARA A CONSTRUÇÃO DA
SEGURANÇA REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Rafael Vitória Schmidt

**Santa'Ana do Livramento
2014**

CAMILA HELENA PEREIRA GONÇALVES

**O CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO E SEU PAPEL PARA A CONSTRUÇÃO DA
SEGURANÇA REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 11/08/2014.

Banca examinadora:

Prof. Assistente: Rafael Vitória Shimidt
Orientador
UNIPAMPA

Prof. Adjunto: Fábio Régio Bento
UNIPAMPA

Prof.: Assistente: Rafael Balardin
UNIPAMPA

Dedico ao meu pai e minha irmã. Mas em especial a minha mãe, educadora de alma, que sempre acreditou e luta por uma educação capaz de transformar o mundo.

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar agradeço ao Grande Arquiteto do Universo, pois sem crer e confiar nos seus propósitos não teria chegado aonde cheguei. Agradeço também a minha base, meu porto seguro, meu pai Mário Cesar, minha mãe Viviani, minha irmã Isadora, sem o apoio incondicional de vocês não seria possível à realização desse sonho. Vocês fizeram de tudo para que eu tivesse uma educação de qualidade, me proporcionaram as melhores condições, me deram o amparo, o aconchego, o amor, serei eternamente grata por tudo. Obrigada por me ensinar que o conhecimento é o melhor caminho sempre e que fazer com amor é o segredo do sucesso. Obrigada também as minhas duas estrelas, Maria Luiza e Patrício sei que de onde vocês estão, iluminam e guiam meus passos. Amo infinitamente vocês.

À minha vó Vera, obrigada por todo o suporte dedicado, desde pequena sempre ao meu lado, me apoiando e incentivando, ter o carinho de vó por perto foi fundamental, a senhora é demais! Vô Matias, Didi, tios, tias, primos e primas, vocês sempre me motivaram mesmo distante, me deram força e incentivo pra seguir na luta, o caminho não foi fácil, mas valeu a pena.

Ao Filipe, tu foste a melhor surpresa que a faculdade me trouxe, teu apoio, compreensão, incentivo, cuidado e amor fizeram toda a diferença. Serei sempre grata ao destino por ter cruzado nossos caminhos, NEOQEAV.

Ao meu orientador Rafael Schmidt, teu conhecimento, apoio e incentivo desde as primeiras matérias cursadas na faculdade fizeram com que chegasse até aqui. Muito obrigada de coração.

Aos meus amigos que sempre estiveram por perto, dividindo momentos alegres e de saudades de casa obrigada por vocês existirem e fazerem parte da minha vida, se a faculdade me trouxe presentes, vocês foram os mais especiais, mesmo que nossos caminhos se separem aqui, no coração vocês sempre permanecerão. Mas em especial a minha amiga Débora, tu foste uma mãe, te quero sempre por perto.

Agradeço também a tantas outras pessoas que cruzaram meu caminho, aos que torceram por mim e contribuíram na minha formação, meu sincero agradecimento a todos vocês.

“[...] Não vale a ciência sem temperança e toda temperança pede paciência para ser proveitosa, mas para que esse trio de forças se levante no campo da alma, descerrando-lhe o suspirado acesso aos mundos superiores, é necessário que o amor esteja presente, a enobrecer-lhes o impulso, de vez que só o amor dispõe de luz bastante para clarear o presente a santificar o porvir.”

(Espírito Emmanuel. Psicografia de Francisco Cândido Xavier.)

RESUMO

O desenvolvimento dos conceitos de segurança se deram com o passar do tempo e acontecimentos mundiais fizeram com que os países cada vez mais tendem-se a integração por meio da integração. A partir dos anos 90, os mecanismos regionais de cooperação intensificaram-se, aproximando os países em busca de objetivos comuns. A política externa brasileira volta-se para América do Sul, trabalhando pra que através da cooperação, a região pudesse se projetar internacionalmente. A União das Nações Sul-Americanas desenvolve-se no ano de 2008, aparecendo no cenário como um novo esquema político de integração regional, sendo expressão de auge das estratégias regionais de integração regional. No mesmo ano dentro da UNASUL, e diante dos problemas contemporâneos de segurança, desenvolve-se o Conselho de Defesa Sul-Americano. Este tendo como objetivo desenvolver uma identidade sul-americana na questão de defesa, prezando por valores e princípios como soberania, autodeterminação, integridade territorial e a não intervenção em assuntos internos, buscando também a construção efetiva da segurança regional.

Palavras chave: Conselho de Defesa Sul-Americano, União das Nações Sul-Americanas, Cooperação, Integração, Segurança Regional, América do Sul.

RESUMÉN

El desarrollo de los conceptos de seguridad se da en el tiempo y los acontecimientos del mundo han causado que los países tienden cada vez más a la integración a través de la cooperación. Desde los años 90, los mecanismos regionales de cooperación se intensificaron, acercándose a los países en la búsqueda de objetivos comunes. La política exterior brasileña de vuelta a América del Sur, trabajando para que a través de la cooperación, la región podría diseñar a nivel internacional. La Unión de Naciones de América del Sur se desarrolla en 2008, apareciendo en la escena como un nuevo esquema político de la integración regional, y la expresión de la altura de la integración regional estratégico regional. En el mismo año, dentro de la UNASUR, y sobre cuestiones actuales de seguridad, desarrolla el Consejo de Defensa Suramericano. Esto con el objetivo de desarrollar una identidad sudamericana en materia de defensa, teniendo en vista valores y principios como la soberanía, la autodeterminación, la integridad territorial y la no intervención en los asuntos internos, buscando también la construcción real de la seguridad regional.

Palabras clave: Consejo de Defensa Suramericano, Unión de Naciones Suramericanas, Cooperación, Integración, Seguridad Regional, América del Sur

SUMÁRIO

1. Introdução	10
2. Conceitualização de Segurança	13
2.1. Segurança Coletiva.....	13
2.2. Segurança Regional	17
3. Política Externa para a América do Sul	21
3.1 Histórico (1990-2010).....	21
3.1.1. Fernando Collor de Mello (1990-1992).....	21
3.1.2. Itamar Franco (1992-1994)	24
3.1.3. Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).....	26
3.1.4. Luiz Inácio Lula da Silva	28
3.2. Estratégia brasileira para a integração sul-americana: A UNASUL	29
4. O Conselho de Defesa Sul-Americano	34
4.1. Histórico.....	34
4.2. A importância de uma organização regional em termos de segurança –Visão brasileira do Conselho de Defesa Sul-Americano.	35
4.3. Eficácia do Conselho de Defesa para a construção da segurança regional na América do Sul.	36
5. Considerações Finais	41
Referências Bibliográficas	43
Anexo I. Estatuto do Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL, Santiago, Chile, 2008..	46
Anexo II. Plano de Ação 2009. Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) da UNASUL - Santiago, Chile.	51
Anexo II. Plano de Ação 2013 - Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) da UNASUL - Lima, Peru.....	54

1. Introdução

Com o fim da Guerra Fria, nos anos 90, e com o advento da possível conjuntura multipolar que a mesma acarretou, houve a necessidade do desenvolvimento de novas perspectivas para as políticas externas dos países, focada primordialmente nas estruturas de segurança a serem desenvolvidas, ocorrendo, então, diversos debates acerca dos conceitos de segurança e dos novos atores globais.

Diante desta conjuntura que se formara, viu-se necessária a integração política, principalmente diante da globalização, fato este que trouxe o estreitamento das relações, tanto interpessoais como interestatais, de cunho político, econômico, social e cultural. Desde então, esses processos vêm aumentando ao redor do mundo. Durante a passagem dos anos 90 para 2000, a terceira onda de regionalismo, de caráter neoliberal dominou o panorama conceitual e ideológico da integração regional. Tendo o regionalismo aberto (que tem por objetivo o comércio com terceiros e não apenas o intrazona) recebido várias críticas diante do cenário que emergia um novo contexto político ideológico.

O regionalismo pós-liberal se coloca como uma opção para superar o reducionismo comercial econômico dominante no regionalismo aberto, em conexão direta com as transformações da ordem mundial. Diante disto, García (2010) destaca que a integração regional começa a redefinir o conceito de soberania nacional como instrumento para reforçar a estratégia neodesenvolvimentista adotada por novos governos progressistas da região, possuindo grande destaque a integração em matéria de segurança.

Entende-se por segurança coletiva um conjunto de medidas tomadas no âmbito de um organismo internacional, agência especializada ou arranjo jurídico supranacional, segundo Castro (2011). Logo, segurança coletiva parte do princípio em que um ataque a algum dos Estados membros de determinada organização internacional poderia representar ameaça a todos os Estados pertencentes, demandando então resposta imediata e coletiva. A segurança coletiva fundamenta-se em um estatuto jurídico regente, na deliberação coletiva dos Estados membros e, principalmente, na resposta conjunta em razão do ato de agressão ou ameaça de agressão, tendo como exemplo a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

Com a evolução da segurança coletiva internacional, a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) surge em 2008 como um projeto de integração multidimensional, expressando a visão política da América do Sul, capaz de convergir os anseios regionais por segurança, buscando projetar a região internacionalmente, colocando em pauta suas

potencialidades assim como as debilidades. Já a intensificação das relações se deu com o objetivo de vencer os problemas contemporâneos do sistema internacional.

A América do Sul caracteriza-se como região desnuclearizada, entretanto há a necessidade de se discutir a segurança na região, uma vez que enfrenta problemas fronteiriços, como o tráfico de drogas que acaba por caracterizar a região como rota do mesmo, sendo estes considerados problemas contemporâneos de segurança. Diante desse novo cenário e dos problemas atuais de segurança, oriundos do sistema multipolar globalizado, o Brasil, que dispõe de localização geográfica privilegiada e determinada importância regional, busca o desenvolvimento de uma região pacífica.

A integração sul-americana caracteriza-se, atualmente, como um dos fenômenos de maior transcendência geopolítica. Os países criam projetos de integração, a fim de obter a inserção internacional. Mecanismos são criados para atingir esse objetivo. Dentre eles estão a UNASUL que, segundo a ISAPE,

[...] coloca-se como alternativa efetiva ao problema da construção do Estado e da obtenção de tais finalidades. Juntos, os países sul-americanos combinam o melhor de suas capacidades e fortalecem sua posição diante dos desafios do sistema internacional contemporâneo. (ISAPE, 2012, pág.2)

O projeto da UNASUL vem sendo liderado pelo Brasil para construir a coesão regional diante dos desafios e das demandas do sistema internacional contemporâneo. A UNASUL aparece no cenário como um novo esquema político de integração regional, sendo expressão de auge das estratégias regionais de integração regional. Com base nisto, o objeto de análise deste trabalho é o Conselho de Defesa Sul-Americano, tendo como tema O Conselho de Defesa Sul-Americano e seu papel para a construção da segurança regional na América do Sul. Este trabalho é realizado com o intuito de demonstrar a importância do Conselho de Defesa da UNASUL para o desenvolvimento da segurança regional. Especificando no desenvolvimento do conceito de segurança coletiva e regional bem como sua aplicação nos processos de cooperação e integração regional nas últimas décadas; na compreensão da estratégia da política externa brasileira para a criação de um sistema de integração em segurança e defesa sul-americano; e no debate de em que formas o Conselho de Defesa Sul-Americano tem sido eficaz na construção da segurança regional na América do Sul.

Baseando-se nisto, o trabalho gira em torno do seguinte problema: Em que medida o Conselho de Defesa Sul-Americano tem sido eficaz na construção da segurança regional na América do Sul?

Tendo como hipótese que Conselho de Defesa da UNASUL surgiria no cenário como um instrumento capaz de contribuir para construção da segurança regional na América do Sul. O fato da UNASUL ser constituída unicamente com membros da região sul-americana, atrelado ao desenvolvimento dos conceitos de segurança coletiva e regional, integrados aos processos de cooperação e integração; e a política externa brasileira dos últimos anos que vem demonstrando grande interesse na formação de um sistema de segurança e defesa sul-americano torna esta hipótese positiva.

Assim, a partir de uma perspectiva histórica, através do método de investigação histórica, por meio da observação dos acontecimentos ao longo do tempo, busca-se compreender a importância das iniciativas brasileiras para consolidação da segurança regional na América do Sul. São utilizadas fontes primárias, como análise de tratados, declarações e discursos. Assim como fontes secundárias que são as fontes bibliográficas, ou seja, baseadas em materiais já analisados como livros, teses, reportagens etc.

2. Conceitualização de Segurança

2.1. Segurança Coletiva

O princípio de segurança surge atrelado ao poder com a teoria realista, dominante nos anos 30 e 40, a fim de compreender as relações entre os Estados, atores do Sistema Internacional. Para Hobbes, em *O Leviatã* (1651), o conflito seria inerente à natureza humana, podendo ser reduzido, mas jamais eliminado. Segundo este teórico realista, os Estados tem como objetivo principal a manutenção da sua existência, diminuindo assim as possibilidades de cooperação. Esta cooperação se daria apenas para realizar o equilíbrio de poder, onde os Estados mais fracos se agrupariam a fim de evitar a ascensão de um possível rival hegemônico. Contudo, vale ressaltar que essa cooperação se daria de forma conjuntural e instável, uma vez que superada a situação que lhe deu origem a mesma tende a se desfazer.

Entretanto, sob a perspectiva dos teóricos neorrealistas, seria a estrutura do Sistema Internacional que criaria as oportunidades de conflito ou cooperação, e não mais a natureza humana, sendo então os Estados únicos atores do sistema. As capacidades materiais dos Estados seriam levadas em maior consideração do que suas motivações, esta maior valorização das capacidades materiais (aquisição de armamentos, formação de alianças, expansão territorial) criaria o “dilema da segurança”, onde o aumento de poder de determinado Estado provocaria o aumento da insegurança de todos.

Com o avançar dos estudos sobre segurança, Hans Morgenthau teórico realista, em *Paz e Guerra entre as Nações* (1962), define a segurança coletiva sob um ponto de vista não universal, colocando que o ataque a um membro de uma aliança representaria ataque a todos seus membros. Já *Patriota* (1998, pág. 14-15) exemplifica que para Kissinger, diplomata norte americano, há uma distinção entre as alianças e a segurança coletiva. Nas alianças, as ameaças se dão especificamente a cada Estado membro, onde há obrigações conjuntas com a finalidade de fornecer segurança aos interesses nacionais comuns contra determinado adversário.

A perspectiva liberal defende que a segurança coletiva promoveria a segurança assim como a estabilidade de um grupo de Estados, onde os membros se responsabilizariam por uma resposta coletiva caso algum ataque ocorresse partindo de um membro do grupo ao outro. Diferentemente da defesa coletiva, os Estados não estariam organizados contra um adversário externo específico, mas sim em relação a uma ameaça mais imprecisa vindo do próprio grupo. (ABDUL-HAK, 2013, pág. 30)

Vários teóricos criaram diferentes compreensões para o conceito de segurança e segurança coletiva, diante destas diversas perspectivas de segurança abordadas acima,

torna-se necessário para a melhor compreensão do sistema de Segurança Coletiva, fazer uma retrospectiva de alguns momentos fundamentais para construção do mesmo.

Durante o século XVII, a Paz de Westfália é um momento histórico de indiscutível importância, uma vez que exprime tanto interna como externamente a afirmação do Estado Moderno, deixando para trás a monarquia universal. Internamente, pelo fato do poder estatal tornar-se o maior dentro da Nação, acima inclusive dos senhores feudais. E externamente, por reduzir a supremacia do Sacro Império Romano-Germânico e também as ambições da Igreja Católica. Podendo agora o Estado moderno ser entendido como unidade política, detentora de força e poder suficientes para que suas decisões pudessem imperar sobre determinada população, bem como exercer suas políticas em relação a outras nações. Simbolizando também, a legitimidade e a base jurídica de regras e instituições que serviriam futuramente como estrutura para o direito internacional, “edificadas para e por Estados” (ELIAS, s/d, p.2).

Em 1648, a Paz de Westfália marca o advento de uma sociedade internacional, onde os Estados definem como essenciais para sua existência, os princípios da soberania, não intervenção e integridade territorial, a fim de garantir a igualdade entre os mesmos, bem como a integridade territorial, optando-se pelo monopólio legítimo da força em detrimento dos valores religiosos. Diante disto, o Estado moderno demonstra ser o principal ator do cenário e o núcleo da articulação política, alicerçando sobre tal o sistema de equilíbrio de poder.

No período Pós-Westfália, em 1815, surge no cenário, o Concerto Europeu formando um acordo estável

por meio de pesos e contra pesos às pretensões políticas, econômicas, e territoriais, da sociedade internacional européia da época, mormente as cinco maiores potências Inglaterra, França, Rússia, Prússia e Áustria, revelador de um multilateralismo das relações internacionais daquela época. (ELIAS, 2004, p.376)

Podendo então, o Concerto Europeu ser considerado um mecanismo que buscava a permanência da estabilidade do sistema de governo monárquico, mesmo que não pudesse ser considerado modelo de segurança coletiva.

Apenas com o fim da Primeira Guerra Mundial em 1918, com base no Tratado de Versalhes, desenvolve-se um esboço de organização capaz de manter a paz e segurança internacional através do uso do poder supranacional. A Liga das Nações contava com representantes das Américas, Ásia, África, mesmo que grande parte dos seus membros fosse européia. A mesma é caracterizada como a primeira Organização Internacional cujo objetivo central era de “reunir esforços para fazer os Estados disciplinarem coletivamente os membros desgovernados do sistema internacional.” (NYE JR., pág. 110, 2009)

A Liga possuía vocação para a manutenção da paz, através da solução pacífica dos conflitos e com o desarmamento dos Estados, bem como, com a segurança coletiva

assumindo o lugar do equilíbrio de poder. Sendo assim, os membros que cometessem infrações, indo contra aos preceitos dispostos na Paz de Westfália, seriam submetidos a sanções econômicas e até mesmo intervenções armadas, se assim fosse determinado pelo Conselho da Liga, havendo pela primeira vez na história a construção desses mecanismos de intervenção.

Baseado nos 14 pontos de Wilson de 1918¹, símbolo do Idealismo, buscava-se construir um sistema jurídico com princípios de multilateralismo a fim de colocar os interesses nacionais a serviço dos valores éticos, contudo em alguns casos, observaram-se interesses particulares mascarados por esse falso idealismo, como exemplo a política externa estadunidense, que buscava preservar suas intervenções na América Latina e distanciar a presença européia na região, reafirmando a Doutrina Monroe de uma “América para os americanos.” A solução pacífica de controvérsias é reafirmada com a assinatura do Pacto de Briand-Kellog em 1928, a partir da assinatura do mesmo a guerra torna-se proscrita no cenário internacional, não devendo mais ser usada como ferramenta de política externa.

A Segunda Guerra Mundial eclodiu em setembro de 1939 e junto com ela, a Liga das Nações e seu propósito de manutenção da paz acaba extinguindo-se, sob a justificativa de Hitler de que “os papéis são feitos para serem assinados e serem desrespeitados e que os tratados internacionais podem ser rasgados e não cumpridos caso confrontem o interesse nacional” (SEITENFUS, pág. 3, s/d).

A busca pela paz mundial segue, tanto que em 1945, é firmada a Carta de São Francisco, com o intuito de não se cometer os mesmo erros da Liga das Nações de 1919. Tendo como objetivo reunir os países mais poderosos do sistema pra assim poder manter a paz e a segurança internacional. Assinaram o tratado 46 nações, e assim conferiram a organização maior poder em relação a segurança mundial. Elias (2004, p.377) afirma que para afastar por completo os fantasmas da guerra na sociedade internacional fazia-se necessária a regulamentação do uso da força na cena internacional.

A Carta de São Francisco surge no cenário como uma ferramenta para a manutenção da paz global, representando um novo mecanismo para a segurança coletiva

¹ Esses 14 pontos foram proposições criadas por Woodrow Wilson, ex-presidente dos EUA, para a reconstrução da Europa no período pós-Primeira Guerra Mundial, objetivando garantir a paz evitando assim novos conflitos, seja por ordem política ou econômica. Os 14 pontos são os seguintes: 1. Abolição da diplomacia secreta; 2. Liberdade dos mares; 3. Eliminação das barreiras econômicas entre as nações; 4. Redução dos armamentos nacionais; 5. Redefinição da política colonialista, levando em consideração o interesse dos povos colonizados; 6. Retirada dos exércitos de ocupação da Rússia; 7. Restauração da independência da Bélgica; 8. Restituição da Alsácia-Lorena à França; 9. Reformulação das fronteiras italianas; 10. Reconhecimento do direito ao desenvolvimento autônomo dos povos da Áustria-Hungria; 11. Restauração da Romênia, da Sérvia e de Montenegro e direito de acesso ao mar para a Sérvia; 12. Reconhecimento do direito ao desenvolvimento autônomo do povo da Turquia e abertura permanente dos estreitos que ligam o Mar Negro ao Mediterrâneo; 13. Independência da Polônia; 14. Criação da Liga das Nações, ou Sociedade das nações.

internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU). Vale ressaltar que na Carta da ONU, a segurança coletiva é abrangida sobre algumas ressalvas, sendo restritiva quanto ao uso da força ou ameaça de uso da força e à intervenção, reafirmando a igualdade soberana de todos seus membros. Vale ressaltar que para Delgado (2003, p.246) a igualdade soberana não existe nem mesmo nas Nações Unidas, afirmação esta que pode ser constatada dentro de um dos principais órgãos da instituição, o Conselho de Segurança (CS).

A ONU conta com seis órgãos: a Assembléia Geral (AG), a Corte Internacional de Justiça (CIJ), Secretariado (SEC), Conselho Econômico e Social (ECOSOC), Conselho de Tutela (CT) e o Conselho de Segurança (CS).

a. A Assembléia Geral é composta por todos os Estados Membros e é um órgão deliberativo, capaz de discutir, considerar e recomendar ações até mesmo referentes ao uso da força ao Conselho de Segurança. Os Estados membros demonstram suas opiniões através deste órgão.

b. A Corte Internacional de Justiça é caracterizada como principal órgão do Judiciário Internacional, devendo ter papel relevante na solução de controvérsias internacionais, contudo devido à necessidade do prévio aceite das partes litigantes é considerada grande ausente do cenário internacional.

c. O Secretariado Geral tem como função a promoção da paz através da prestação de “bons ofícios” e diplomática preventiva, ainda que suas formas de atuação sejam através da persuasão, sem a movimentação das forças de manutenção da paz.

d. O Conselho Econômico e Social é atualmente composto por 54 membros, que são eleitos pela Assembléia Geral, sendo responsáveis por promover estudos sobre diversas áreas que possuem grande relevância para a comunidade internacional.

e. O Conselho de Tutela tem sua finalidade minimizada com a finalização dos processos de colonização, uma vez que possuía como função auxiliar os territórios que ainda não haviam atingido a soberania.

f. O Conselho de Segurança é composto por 15 Estados, 5 permanentes e 10 rotativos, revelando o interesse de manter o status quo mesmo após a Segunda Guerra Mundial. É o detentor do monopólio da coerção militar e não militar, sendo o único órgão capaz de autorizar o uso da força no plano internacional. A legitimidade do CS é questionada uma vez que, no sistema internacional, não há legitimidade sem a partilha do poder; e neste Conselho o poder se mantém nas mãos das mesmas potências desde a fundação do organismo.

Torna-se importante acrescentar que durante o período da Guerra Fria, o sistema de segurança coletiva não funcionou, uma vez que houve problemas para definir (a posteriormente julgar) o que seria o uso legítimo da força bem como na definição de

agressão. Bem como a percepção de que o mesmo só funcionaria se não ocorresse o veto pelo Conselho de Segurança, fato este pouco provável por haver interesses distintos entre os membros do mesmo.

Também se torna importante frisar a diferença entre segurança coletiva e a diplomacia preventiva (e de forças de pacificação). Segundo Nye, na segurança coletiva se um Estado cruza a linha, todos os outros se unem contra ele e o fazem recuar. Já na diplomacia preventiva se um Estado cruza a linha, as Nações Unidas entram em cena e mantêm as partes afastadas, sem julgar quem está certo ou errado. (NYE JR., pág. 216, 2009). Ou seja, ao invés de identificar o agressor e diante disto o punirem, como fora do proposto pela Liga das Nações, o novo sistema das Nações Unidas previa reunir forças independentes para exercer função de mediador entre as potências em guerra. Com o fim da bipolaridade de poder junto da Guerra Fria, a ONU muda seu foco de ações, assumindo importante papel nos processos de descolonização e monitoramento dos direitos humanos, representando um ponto central para enfoque nas questões de segurança interna, desenvolvimento humano, crimes transnacionais, saúde.

Este novo momento no cenário internacional tem sido marcado por ações de cunho unilateral em termos de segurança, ou seja, por sistemas não universais de segurança, indo à direção oposta da idéia de segurança coletiva internacional. Segundo Elias (s/d), essas ações não contribuem para o desenvolvimento do conceito de segurança coletiva global, tendo em vista o desinteresse (neste momento) por parte dos Estados de diminuir sua capacidade militar, bem como de transferirem seus contingentes para uma estrutura de segurança universal. Contudo, apesar de todos os problemas enfrentados pelas Nações Unidas, bem como suas falhas, mesmo nos dias atuais ela continua sendo a única organização universal capaz de reger a diplomacia internacional.

2.2. Segurança Regional

A partir dos anos 90, uma nova configuração se forma no sistema internacional, tornando-se evidente a emergência do multilateralismo. Mas, ao mesmo tempo a unilateralidade norte americana nas ações securitárias se torna cada vez mais evidente, deixando questionamentos sobre a utilidade dos regimes internacionais de segurança. (PAGLIARI, pág. 63, 2004) Neste momento, os países trabalhavam em busca de novas estruturas organizacionais econômicas, seguindo viés liberal, baseado na liberalização do mercado e globalização.

Karl Deutsch (1957) sob o prisma liberal inovou a análise da cooperação e uso da força, ao chegar à conclusão que se a segurança fosse propagada ao nível que os Estados não considerassem mais a força como um meio de resolução de controvérsias, se estaria

constituindo uma comunidade de segurança. Sendo assim, através da construção de identidade comum entre os países e o afastamento das rivalidades, se objetivaria a confiança e a busca pela paz estável.

Buscando analisar o significado, bem como a abrangência e as implicações dos conceitos de segurança internacional na região, a fim de identificar meios de revitalizar e de fortalecer as instituições relacionadas à segurança regional, desde então, as resoluções acerca de temas de segurança passaram a ser decididas nas Cúpulas de Estados e não mais em foros diplomáticos como antes ocorrera, isto aponta que as relações na região seriam pautadas através da cooperação democrática.

No ano de 1994, em Miami, nos Estados Unidos da América (EUA), ocorreu a Primeira Cúpula Presidencial dos Países Americanos, onde houve um indicativo do fortalecimento das instituições regionais, dando enfoque a Organização dos Estados Americanos (OEA). Contudo, a mesma não delimita os caminhos que deveriam ser tomados, referindo-se apenas que a integração e o livre comércio seriam fundamentais para o fortalecimento da democracia na região, e esta seria indispensável para promoção da instabilidade, da paz e do desenvolvimento da região.

A Cúpula de Miami foi a primeira Cúpula das Américas e seu plano de ação possuía quatro linhas de ações que baseavam-se no comércio e na integração econômica como meio de desenvolvimento. As linhas de ações são as seguintes: 1. preservação e fortalecimento da comunidade de democracias das Américas, 2. promoção da prosperidade por meio da integração econômica e do livre comércio; 3. erradicação da pobreza e da discriminação no nosso hemisfério; e 4. garantia do desenvolvimento sustentável e conservação do nosso meio natural para as gerações futuras; objetivando “alcançar a integração econômica e o livre comércio, melhorar a vida de seus povos e proteger o meio natural para as futuras gerações” (Primeira Cúpula das Américas – Plano de ação, 1994).

Já em 1998, na segunda Cúpula em Santiago, a declaração deixou clara a necessidade de se avançar no fomento da confiança entre os países, bem como a solução pacífica de controvérsias. Em termos de segurança, evidenciou que o desenvolvimento de novos enfoques comuns para abordagem da agenda securitária era necessário a fim de revitalizar e fortalecer as instituições do sistema regional.

Ocorreu em Québec no ano de 2001 a terceira Cúpula das Américas, onde mais uma vez houve o debate a cerca do fortalecimento da democracia representativa, comprometendo-se também com a melhoria das condições de segurança humana (segurança alimentar, social, etc) levando em conta os novos parâmetros regionais e mundiais que se tornaram fundamentais com o decorrer do tempo.

Para prosseguir os debates sobre a integração regional em termos de defesa, ocorreram a I e II Conferência Regional sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da

Segurança, respectivamente nos anos de 1995 e 1998, ambas na cidade de Santiago do Chile, abordando os fatores multidimensionais que deveriam ser tratados na agenda de segurança. Além deste, assuntos como comércio regional, defesa da democracia e proteção aos direitos humanos, foram trazidos para o debate na Conferência Especial sobre Segurança (2003), onde mais uma vez reafirmaram-se os enfoques regionais. Dentre eles, o direito de indicar as prioridades nacionais em termos de segurança a fim de que cada país possa definir suas estratégias fazendo frente às ameaças a segurança; o respeito ao Direito Internacional e ao Estado de direito e à autoridade civil legalmente constituída; a proteção da pessoa humana como razão da segurança, reforçando-se mutuamente a segurança do Estado e das pessoas; a ampliação dos conceitos e abordagens a fim de contemplar temas que antes não considerados de segurança (aspectos políticos, econômicos, sociais, saúde, ambientais). (PAGLIARI, pág.66, 2004) Além disto, visava-se proporcionar a devida relevância para esses temas, levando sempre em conta que com o advento da globalização, os mesmos passaram a ser de alcance transnacional necessitando de uma cooperação regional a fim de combatê-los, porém sem deixar de lado as particularidades de cada sub-região ou país.

Os atentados de 11 de setembro de 2001 às torres gêmeas nos Estados Unidos deram novo enfoque à agenda do continente americano e os problemas de segurança passaram a ter maior destaque. O debate acerca da segurança regional trouxe de volta ao centro das atenções a necessidade da revitalização de instituições de governo regionais, seguindo os preceitos de atualização dos mecanismos de segurança regionais, afirmados na declaração da Cúpula das Américas de Santiago do Chile em 1998.

Diante destes acontecimentos globais, incluíram-se também no debate de segurança regional, novas ameaças a segurança como o terrorismo, crime organizado, corrupção, drogas, tráfico tanto de armas como de pessoas. Bem como a pobreza extrema e a exclusão social, sendo estes considerados como forma de afetar a estabilidade e a democracia tornando vulnerável a segurança dos Estados. Diante dos problemas contemporâneos de segurança, ficou acordado que os foros especializados da OEA se tornariam os responsáveis por esses problemas, buscando meios de enfrentá-los e combater-los.

Vale deixar evidente que os Estados passam a prezar pela estabilidade e segurança baseados nos processos de cooperação e integração, tanto bilaterais como sub-regionais. E buscam a cada conferência deixar cada vez mais explicito que a prevenção de conflitos e a solução pacífica de controvérsias são fundamentais para manter a estabilidade e a segurança regional. Além disto, os Estados não consideram obsoletos mecanismos como o TIAR, mas seguem prezando pela solução pacífica das controvérsias. A integração, cada vez mais, passa a fazer parte das políticas de Estado, e a intensificação das relações se deu

principalmente com o objetivo de vencer os problemas contemporâneos do sistema internacional.

Com a evolução da segurança coletiva internacional, a partir da Comunidade Sul-Americana de Nações (2004), a União das Nações Sul-Americanas se desenvolve em 2008, como um projeto de integração multidimensional, expressando a visão política da América do Sul, buscando projetar a região internacionalmente, colocando em pauta suas potencialidades assim como as debilidades. O projeto da UNASUL vem sendo liderado pelo Brasil para construir a coesão regional diante dos desafios e das demandas do sistema internacional contemporâneo. A UNASUL aparece no cenário como um novo esquema político de integração regional, sendo expressão de auge das estratégias regionais de integração regional.

Diante do cenário apresentado nos últimos anos, com os problemas contemporâneos de segurança e o objetivo de manter a defesa e segurança dos Estados, assim como criar o sentimento de segurança em seus cidadãos, em 2008, ocorre a consolidação de negociações que vinham sendo realizadas desde 2001, primeiramente entre Brasil e Chile, para a criação de órgão ou organismo regional para cooperação em matéria de defesa, desenvolvendo-se dentro da UNASUL o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Sendo a primeira instituição especializada em defesa a reunir todos os países da região sul americana, sendo esta também, uma iniciativa brasileira.

Atualmente o Brasil está encarregado de gerir as crises regionais, promover o intercâmbio de informação e estimular a indústria de armamentos. Vale ressaltar que, nos últimos anos, a América do Sul vem sofrendo mudanças significativas no âmbito de defesa. Frente à renovada militarização da agenda dos EUA e o aumento das tensões regionais, o Brasil tornou maior seu ativismo regional, almejando a posição de liderança regional.

A necessidade de haver uma identidade sul-americana na questão de defesa é outro ponto defendido pelo Brasil, prezando por valores e princípios como soberania, autodeterminação, integridade territorial e a não intervenção em assuntos internos. Este objetivo torna-se um dos principais do CDS: construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa que leve em consideração as características sub-regionais e nacionais, contribuindo também para o fortalecimento da unidade América Latina e do Caribe. Para atingir esse objetivo foi criado na época da formação do CDS, o CSEED – Centro Sul-Americano de Estudos Estratégicos para Defesa. Além disto, a política externa brasileira volta-se para a América do Sul, tentando por meio da cooperação e da integração, além de proteger, desenvolver a região e projetá-la internacionalmente.

3. Política Externa para a América do Sul

3.1 Histórico (1990-2010)

Durante dos 20 anos em questão a política externa brasileira para a América do Sul passou por diversas transformações, ocorreram momentos de distanciamentos, mas também estreitamentos que criaram bases para a consolidação da integração regional.

3.1.1. Fernando Collor de Mello (1990-1992)

Fernando Collor de Mello assumiu o governo no ano de 1990, com um projeto mudanças do Brasil, tendo como objetivo o desenvolvimento nacional por meio da renovação, introduzindo internamente no debate a modernização competitiva ou também chamada de modernização via internacionalização. Sob a perspectiva do seu governo, o cenário favorecia ao alinhamento com os Estados Unidos da América. O então governo acatou as diretrizes econômico-financeiras que vinham sendo traçadas, uma vez que com o desaparecimento da bipolaridade, as questões ideológicas não seriam mais o foco das ações políticas, assim como os recursos que antes eram direcionados a segurança passaram para os projetos de desenvolvimento, concentrando-se na vertente econômica. Surgindo assim, a necessidade de reestruturar a estratégia de inserção internacional, focando na aproximação cooperativa com os países desenvolvidos. Para Batista (2009), o desejo de mudança e de reexaminar os pressupostos da política externa brasileira, bem como o modelo de desenvolvimento brasileiro foram os pontos de partida do governo Collor, podendo assim gerar uma impressão de capacidade de atuação autônoma criando meios de execução da desejada inserção competitiva na economia mundial.

A política externa do governo Collor, conseqüentemente buscava que a agenda internacional brasileira fosse reconfigurada baseando-se nas novas questões e no novo cenário institucional que se formou neste período pós Guerra Fria. Buscando também a construção de uma agenda positiva com os Estados Unidos, cujo objetivo era desfazer a imagem terceiro-mundista brasileira que fora atrelada ao país nos anos anteriores no sistema internacional. Segundo Oliveira (2005) havia uma aceitação e consenso em relação à necessidade de efetivarem-se determinados ajustes nos processos de inserção internacional brasileira, tanto nos aspectos estruturais como conjunturais, tendo como foco do debate o padrão de relacionamento com os Estados Unidos.

Dois linhas de ações foram esboçadas pelo governo tendo em vista o padrão de relacionamento com os Estados Unidos, ações estas de essências distintas, contudo tendo como eixo comum a percepção de que a posição brasileira no sistema internacional era vulnerável. A primeira tinha como premissa que a convergência com Washington seria o caminho para a reestruturação da credibilidade internacional brasileira. Já a segunda linha

de ação teria como base a idéia do distanciamento de Washington que asseguraria ao Brasil a defesa dos seus interesses nacionais, uma vez que teria maior margem de manobra nas suas ações no sistema internacional.

Contudo, o contexto internacional conduzia as ações de política externa brasileira, tendo em vista que o terceiro mundo encontrava-se desestruturado com as crises econômicas financeiras que os afligiram nos anos de 1980, além da margem de manobra que se encontrava reduzida diante do fim da Guerra Fria, assim como os interesses dos países desenvolvidos que causaram os impasses na rodada do Uruguai, influenciando diretamente nas relações com as potências econômicas.

Batista (2009) afirma que a postura da política externa brasileira durante o governo Collor é de total subserviência aos Estados Unidos, podendo considerar o caso brasileiro como a aplicação do Consenso de Washington, onde a filosofia ultra liberal (que não fora executadas nem nos grandes centros de capitalismo) das organizações econômicas, instituições de créditos sediadas nos Estados Unidos e das agências governamentais estadunidenses teriam delimitado e identificado o que era mais adequado para a América Latina, sendo este período marcado pela liberalização econômica brasileira.

O objetivo primordial do governo Collor era introduzir no Brasil novas tecnologias por meio da abertura comercial, não importando que a mesma se desse de “forma unilateral e sem a devida reciprocidade de parceiros (e concorrentes) externos.” (VIZENTINI, 2008, p. 81). Vale ressaltar, entretanto, que apesar do alinhamento com os Estados Unidos ser preferencial tanto para o Brasil durante o governo Collor, como para a Argentina durante do governo Menem, para os EUA a América Latina possuíam importância secundária. Sendo a política externa norte americana para o Brasil considerada por Vizentini (2008, pág. 82) como a aplicação de uma estratégia traçada para uma região e não especificamente para um país como o Brasil, denso de características específicas. Logo haveria dificuldades no avanço de alguns temas da agenda de segurança, como exemplo o combate ao narcotráfico, sabendo que sob a perspectiva estadunidense as relações com o Brasil seguem de forma padronizada para a região, sendo em alguns casos até mesmo unilateral. É importante frisar que durante este momento do governo Collor a política externa brasileira não tivera expressiva participação do Itamaraty tanto na elaboração quanto na execução, empenhando-se para manter algum grau de autonomia perante o sistema internacional.

Collor não tentava barganhar ganhos ao Brasil, nem tampouco criar uma margem de manobra a fim de equiparar as assimetrias em relação aos países poderosos. Acatando as regras impostas pelos Estados Unidos e acreditando que este país era o único centralizador do poder e capaz de ajudar na tão sonhada modernização brasileira. Dentre as poucas ações executadas pelo Ministério das Relações Exteriores, Oliveira (2005) afirma que serviram para minimizar o custo de algumas ações presidenciais, citando o exemplo da

fórmula de “adesão indireta” ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear, onde por meio de acordo com Argentina (e posteriormente com a Agência Internacional de Energia Atômica) alcançou-se um compromisso conjunto da renúncia ao desenvolvimento da energia nuclear, incluindo para fins pacíficos, causando assim uma estabilidade regional.

A Ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello transformou a cooperação entre Brasil e Argentina em uma “integração que incluía o Uruguai e o Paraguai, países que praticavam tarifas externas muito baixas, com o objetivo de acelerar a redução das nossas” (VIZENTINI, 2008, p. 83). E no ano de 1991, a assinatura do Tratado de Assunção cria o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), com a proposta de regionalismo aberto, a fim de que houvesse a liberalização comercial. Durante esta época “interna e externamente, nenhuma estratégia foi concebida para além do comércio” (CERVO, 2011, p. 517). Este Mercado Comum envolveu a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção por meio da redução tarifária e eliminação das restrições não alfandegárias; estabelecimento de uma tarifa externa comum bem como adoção de uma política comercial comum sendo aplicável a terceiros Estados e convergência de posições em foros econômicos, comerciais tanto em alcance regional quanto internacional; e a coordenação de políticas macroeconômica complementando o Programa de Liberação Comercial.² Vale ressaltar, que o MERCOSUL surge sob a perspectiva de criar “uma rede recíproca de interesses concretos que eliminassem as hipóteses de conflito bilateral.” (VIZENTINI, 2008, p.95) Esta organização em um primeiro momento beneficiou as empresas transnacionais fazendo com que mantivessem suas bases físicas de produção na região e promovendo em um segundo momento o desvio de comércio que possibilitou a sobrevivência de determinados setores econômicos nacionais.

Durante o rápido governo Collor, a noção de soberania fora esquecida diante da globalização que era tida como necessária, contudo muitos dos antigos parceiros econômicos foram deixados de lado, diminuindo drasticamente as ações diplomáticas brasileiras. Diante deste cenário, e com o começo de uma crise interna, Collor em abril de 1992 convida Celso Lafer para assumir o Itamaraty. Lafer buscou projeção internacional brasileira por meio da Organização das Nações Unidas (ONU), traçando a política externa brasileira em princípios como a paz, liberdade, justiça e desenvolvimento sustentável. Partindo desse princípio realizou-se no Brasil a RIO-92, conferência da ONU para o meio ambiente, marcando o auge das relações exteriores do período.

O novo ministro das relações exteriores também colocava como premissas básicas para se repensar o novo sistema internacional o desarmamento, a paz e a segurança. Com

² Consistia na redução tarifárias progressivas, lineares e automáticas, acompanhadas da eliminação de restrições não tarifárias ou medidas de efeito equivalente, assim como de outras restrições ao comércio entre os Estados parte, para chegar 31 de dezembro de 1994 com tarifa zero, sem barreiras não tarifárias sobre a totalidade do universo tarifário. (FONTE: Tratado de Assunção. 26/03/1991)

isso, o Brasil buscava incluir no debate dentro da ONU a composição e a representatividade do seu Conselho de Segurança, pleiteando uma cadeira de membro permanente, baseando-se na participação brasileira nas forças de paz da organização e na necessidade de uma melhor distribuição geográfica do poder.

O cenário interno encontra-se conturbado diante dos escândalos de corrupção e suspeitas de envolvimento do presidente com o narcotráfico, perdendo assim grande parte dos apoios políticos que outrora tivera. Diante destes acontecimentos, Fernando Collor de Mello renuncia o cargo em outubro de 1992, afim de não sofrer cassação.

3.1.2. Itamar Franco (1992-1994)

Após Fernando Collor sofrer o processo de impeachment, o vice presidente Itamar Franco assume o cargo, possuindo viés mais nacionalista que o seu antecessor, diminuindo assim os níveis de privatizações. Itamar defendeu o princípio da soberania, enfatizando a necessidade da ação do Estado para um país em desenvolvimento como o Brasil. Fernando Henrique Cardoso fora nomeado Chanceler no começo do governo Itamar, desenvolvendo um novo projeto de inserção internacional, voltado à integração de forma democrática, tendo em vista além da democracia, princípios como a justiça social com desenvolvimento, direitos humanos e liberdades individuais, sem esquecer de prezar pela solução pacífica de controvérsias, não intervenção em assuntos internos e a auto determinação dos povos. Depois de ter reestruturado o Ministério das Relações Exteriores o cargo é passado para Celso Amorim que permaneceu até o fim do governo em 1994.

A integração regional e participação em foros multilaterais foram meios usados para obter a revalorização da presença brasileira no sistema internacional que fora deixada de lado durante o alinhamento com os Estados Unidos no governo Collor. Durante o governo Itamar, o Brasil apresentou significativa participação na ONU, sendo eleito por dois anos como membro não-permanente do Conselho de Segurança da instituição, bem como participou de várias operações de paz³. Além disto, no cenário regional, resolveu pendências deixadas pelo governo anterior com inúmeros países e promoveu a integração regional por meio de parcerias com países vizinhos, incluindo também países de língua portuguesa, por meio do Instituto Internacional da Língua Portuguesa⁴ (IILP)

O MERCOSUL assume posição estratégica que outrora não tivera, visitas cordiais ocorreram efetivando a funcionalidade desta organização, o que representou um aumento

³ Como exemplo de participação brasileira temos a Primeira Força de Emergência das Nações Unidas no Egito (UNEF I de 1957 à 1967) onde o Brasil atuou supervisionando as tropas durante a Crise de Suéz; Grupo de Observação das Nações Unidas na América Central (ONUCA 1989-1992) com o envio de tropas para monitorar o cessar-fogo na Nicarágua; e a Missão das Nações Unidas em El Salvador (ONUSAL 1991 à 1992) tendo monitorado o cessar-fogo na guerra civil de El-Salvador.

⁴ Este seria o embrião da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que seria institucionalizada em 1996, fazendo parte da sua composição, além do Brasil, os seguintes países: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

significativo do comércio entre os países vizinhos. Entretanto, uma vez que políticas neoliberais estavam sendo utilizadas, as vantagens adquiridas pelas exportações intrabloco foram suprimidas diante das importações extra bloco, este prejuízo não poderia ser minimizado, pois as exportações extra bloco eram muito raras já que as moedas dos países membros possuíam paridade em relação ao dólar, encarecendo as exportações.

Através da política de adesão ao Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), os Estados Unidos tentaram manter o controle da região, tendo em vista que os países seguidores do receituário do Consenso de Washington por vontade própria receberiam o ingresso ao NAFTA e conseqüentemente ao mercado norte americano. Mesmo com a tentativa estadunidense de controle regional, a América do Sul cada vez mais se apresentava como “espaço natural para a projeção da economia brasileira” (VIZENTINI, 2008, p. 87), uma vez que se encontrava em local geograficamente afastado dos grandes fluxos comerciais internacionais, garantindo assim sua autonomia, bem como mantendo distância dos conflitos armados e do jogo de poder global.

Em dezembro de 1994, fora assinado o Protocolo de Ouro Preto que conferia personalidade jurídica ao MERCOSUL, institucionalizando sua estrutura intergovernamental onde as decisões deveriam ser tomadas através do consenso entre seus Estados membros. Nesta mesma época ocorreu em Miami, nos Estados Unidos a Cúpula das Américas, onde os líderes políticos de 34 países das Américas – exceto Cuba – reuniram-se a fim de negociar a criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que tinha por objetivo a eliminação das barreiras ao comércio e aos investimentos.

Nesta época, o Brasil demonstra que sua política externa crescia voltada para a integração regional, pois estimulava o desenvolvimento o MERCOSUL, firmava acordos com os países vizinhos que visavam combater o tráfico de drogas, fomentava a cooperação técnico-científica, biotecnologia e também incentivava a mineração. As relações multilaterais também fazem parte dos traços estruturais da política externa do governo Itamar, ficando evidente diante da constatação que a União Européia passou a ser o maior parceiro econômico brasileiro, realizando 26% das trocas comerciais (Vizentini, 2009). Com a Rússia assinou em 1994 o Acordo de Uso Pacífico da Energia Nuclear, tendo como objetivo o desenvolvimento do comércio e das tecnologias, cooperando também nas áreas diplomática, aeroespacial e estratégica. Com os países árabes as relações foram limitadas aos temas que envolviam forças armadas, transportes e finanças. Em relação à China houvera um crescente envolvimento econômico, bem como na cooperação científico - tecnológica por meio da elaboração de satélites e envio dos mesmos ao espaço.

No último ano do governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso lança um plano para controlar o déficit público, implementando, no mesmo ano, o Plano Real acabando com a alta inflação existente no país e estabilizando a moeda. Além da

estabilidade interna que esse plano criou, também foi utilizado como um instrumento de vitória eleitoral e um novo posicionamento brasileiro no cenário internacional (Vizentini, 2009), uma vez que tendo o Brasil vivido durante governo anterior um momento de crise onde a economia brasileira fora guiada pelo livre mercado mundial.

3.1.3. Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)

O Plano Real e a estabilidade que o mesmo trouxera deu força para que Fernando Henrique Cardoso fosse eleito presidente da República, retomando assim o projeto neoliberal, melhor estruturado e mais bem articulado no cenário internacional que o do governo Collor. Luiz Felipe Lampreia assumiu como ministro das relações exteriores e Pedro Malan o ministério da fazenda, sendo altamente ligado à agenda estabelecida no Consenso de Washington. Durante este governo, o Estado perde funções que eram consideradas estratégicas para um país em desenvolvimento e as privatizações começam a surgir em grande medida no cenário nacional, onde as reformas macroeconômicas liberalizantes deveriam ser implantadas.

Nas questões diplomáticas, o então presidente esvaziou o Ministério das Relações Exteriores de algumas de suas funções, restando apenas atribuições técnicas e burocráticas, já que o corpo diplomático ainda possuía algumas resistências ao novo projeto de desenvolvimento. Transferindo as atribuições econômicas deste ministério ao Ministério da Economia e dando início a diplomacia presidencial, onde assumiu a dimensão política do Itamaraty, comandando-o pessoalmente.

Segundo Vizentini (2009) as ações deste governo prezavam pela universalização da política externa brasileira e basearam-se em quatro linhas prioritárias, sendo elas avançar na integração regional por meio da consolidação do MERCOSUL; estimular as relações bilaterais buscando uma diversificação de parceiros; estimular o ideal do multilateralismo juntamente com organizações econômicas multilaterais sendo exemplo a OMC; e tornar o Brasil uma potência internacional perante a ONU tornando-o um membro permanente do Conselho de Segurança.

Fernando Henrique Cardoso, ainda quando chanceler do governo Itamar, começou a dar ênfase a América do Sul ao invés da América Latina, demonstrando os novos caminhos que a política externa brasileira seguiria, uma política ainda mais regionalista. Já como presidente, esta política demonstrou-se muito importante para agenda sul-americana, tendo o MERCOSUL se tornado a maior exemplificação da mesma. Para Cervo diante da “política exterior do Brasil o MERCOSUL, constitui um projeto político que a crise do neoliberalismo e a permanência das assimetrias tornaram mais flexíveis” (CERVO, 2011, p.550). Portanto, este recorte geográfico que foca na América do Sul e não mais na América Latina trouxe um

sentido mais real às intenções brasileiras, uma vez que levam em consideração suas limitações e potencialidades.

O MERCOSUL demonstra que está em franco desenvolvimento no ano de 1994 com a assinatura do Tratado de Ouro Preto, quando adquire personalidade jurídico-institucional, agregando em 1996 também a Bolívia e o Chile⁵. Nos anos seguintes, o bloco avançou tanto em aspectos econômico-comercial quanto político-estratégico, apresentando crescimento acelerado do comércio intrazona e com a adesão da “cláusula democrática”⁶ que tenderia a consolidação na região dos regimes democráticos. As relações bilaterais continuaram tendo grande enfoque neste governo, através da busca pela cooperação com várias regiões como exemplo a asiática e os países africanos.

Com a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1999 o mesmo assume seu novo mandato, onde o discurso da submissão neoliberal acabou sendo substituído pela crítica à globalização assimétrica, já que os alicerces neoliberais firmados no outro mandato vieram abaixo junto com a crise financeira e cambial que desvalorizou o real no mesmo ano. Ainda neste ano, o MERCOSUL passou por situação delicada devido ao aumento significativo das exportações brasileiras à Argentina, causando desequilíbrios no bloco, tendo a diplomacia brasileira que demonstrar aos demais membros os esforços brasileiros pela estabilização econômica. Diante disto, torna-se cada vez mais necessário o fortalecimento da cooperação entre os países da América do Sul para que assim pudessem acompanhar o desenvolvimento do cenário internacional sem ficar para trás.

Como estratégia brasileira de aumentar a margem de manobra do bloco em longo prazo, foi convocada a Cúpula de Brasília em 2000 a fim de reestruturar o mesmo, dando atenção especial a sua consolidação como união aduaneira. Tendo em vista, que o desenvolvimento estagnou-se nesta época uma vez que a fase de ganhos fáceis advindo da integração e da redução de taxas tarifárias havia passado somada também a retração econômica que ocorria nos países vizinhos. Esta Cúpula resultou na priorização da construção de infra-estrutura de transportes e telecomunicações entre os países membros, por meio da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)⁷.

O colapso do neoliberalismo deu-se por completo na Argentina nos anos de 2000 a 2002, país este que seguia a risca as recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI)/Banco Mundial, sofrendo o MERCOSUL críticas à sua funcionalidade diante do

⁵ Vale ressaltar que ambos os países ingressaram na organização na condição de associados e não de membros plenos.

⁶ Institucionalizada pelo Protocolo de Ushuaia, assinado na Argentina em 1998.

⁷ A Iniciativa para Integração da Infraestrutura da Região Sul-Americana (IIRSA) aparece nesse cenário a fim de impulsionar o crescimento econômico da região através da melhoria e integração das logísticas de transporte e também de energia. Para que isso ocorra, houve um incentivo por meio das parcerias público privadas (PPP), como, por exemplo, os empréstimos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo de Financiamento da Bacia do Prata (FONPLATA).

colapso desse modelo econômico. Para uma recuperação, seria necessária para toda a América do Sul, a inclusão na agenda regional dos temas sociais, democráticos e ambientais, algo que o Brasil mais uma vez encabeçaria com o governo esquerdista que venceria as eleições presidenciais em 2002.

3.1.4. Luiz Inácio Lula da Silva

Diante do momento vivido que necessitava de um governo voltado às causas sociais, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva fora aclamado pela comunidade internacional, setores das Forças Armadas e também por alguns empresários que visavam construir um mercado interno fortificado baseando-se na economia da produção. No que tange a política externa brasileira, durante este governo a mesma assumiu uma postura mais tático-estratégica com visão de longo prazo, capaz de gerar um notável desenvolvimento e protagonismo do país diante do sistema internacional. Para Vizentini (2009) a concretização da nova estratégia de inserção internacional só poderia obter resultados plenos se as relações internacionais fossem pautadas em três dimensões: diplomacia econômica, diplomacia política e programas sociais.

Nesta primeira dimensão, que possui caráter realista, seria de fundamental importância manter as relações com o primeiro mundo para que assim pudesse obter recursos, seguir as negociações da dívida externa existente bem como demonstrar que o país não pretendia realizar nenhuma ruptura do sistema macroeconômico, buscando sempre honrar com seus compromissos internacionais. A segunda dimensão que corresponde à diplomacia política, que visava à reafirmação dos interesses nacionais brasileiros, tendo por objetivo desenvolver uma diplomacia ativa e afirmativa. O Itamaraty volta a exercer papel de grande importância na formulação da política externa brasileira, onde houve um aumento significativo do corpo diplomático, aberturas de novas embaixadas (principalmente nos continentes africano e asiático) e a interação da comunidade civil bem como da academia aos assuntos diplomáticos. Já na questão dos programas sociais, a campanha de combate à fome é tida como exemplo prático da construção de um novo modelo socioeconômico, indo contra o que fora executado no período neoliberal.

A agenda internacional brasileira tornou-se muito mais palpável as capacidades do país, propondo medidas e ações que estão ao seu alcance. Tendo na reconstrução do MERCOSUL e na integração sul-americana o ponto chave da agenda para o governo, criando assim um espaço de gestão de liderança compartilhada. Sem esquecer da cooperação com os países africanos que ia de encontro às políticas de interesse nacional. O objetivo de estreitar relações com os países que possuíam mais similaridade econômica é

notado diante do aprofundamento das relações com os países em ascensão a exemplo da China, Índia, Rússia e África do Sul.

A América do Sul volta a ser o foco principal da diplomacia brasileira, contudo não tendo a integração regional como objetivo final, mas sim como meio de inserção internacional de toda a região. Derivada da Comunidade Sul Americana de Nações (2004), a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) surge no cenário no ano de 2008, representando um fórum onde doze países da região visam desenvolver a integração voltada para aspectos políticos e não mais tendo o foco no fator econômico, como ocorrera com o MERCOSUL. A UNASUL caracteriza-se então como um local onde os membros serão capazes de discutirem tanto suas debilidades quanto capacidades, nos mais diversos segmentos, assunto este que será melhor abordado no próximo tópico.

3.2. Estratégia brasileira para a integração sul-americana: A UNASUL.

A busca pela projeção internacional da América do Sul torna-se enfática durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva atuando primordialmente por meio da UNASUL, prezando pelos interesses nacionais, sem deixar de lado o princípio da democracia. Além disto, busca também desenvolver a identidade sul americana. Sob viés político, a UNASUL inova os aspectos de integração até agora proposto para a região, dando enfoque também ao desenvolvimento econômico, a superação das assimetrias e o bem estar da população.

Acontecimentos como o auge da globalização, a nova ordem neoliberal que se formara no sistema internacional, bem como a busca por melhor aproveitamento dos recursos naturais da região são tidos como de fundamental importância para o entendimento das motivações para a formação da UNASUL. Outra característica importante de ressaltar é o fato de ser considerada como um mecanismo eficaz no entendimento dos seus próprios problemas, uma vez que é pensada do ponto de vista da região, sendo este um exercício de autonomia frente ao histórico de dominação que ocorrera nos anos anteriores com a intervenção norte americana.

Segundo Silva e Gil (s/d) esta aproximação brasileira da América do Sul, em conjunto com tentativa de acelerar a construção de uma identidade sul-americana caracteriza uma posição de realismo de conduta e pragmatismo, o viés ideológico não é colocado em enfoque e sim à interdependência como meio de projeção internacional. Esta relação cordial com os países vizinhos está intimamente interligada aos princípios do realismo pragmático, assim com exercer a cooperação, negociação e resolução de controvérsias por meio diplomático.

Para Gama (2010) a integração regional é o ponto de partida para o fortalecimento da presença sul-americana no mundo. Atualmente, no sistema internacional que vivemos,

não há espaço para o isolamento, logo os países precisam organizar-se objetivando seus interesses afins. Nenhum país é grande ou importante para prevalecer seus interesses ou posições de modo isolado.

Em decorrência disto, a UNASUL surge com a incorporação de aspectos políticos e sociais, de viés desenvolvimentista.

A UNASUL parece fornecer um modelo de inserção que equilibra de forma mais efetiva soberania e desenvolvimento, Estado e sociedade, de modo que se coloca como uma alternativa sustentável para resolver os desafios estruturais da América do Sul e fomentar a sua inserção internacional. (ISAPE, 2012, pág. 3)

Os primeiros passos da reestruturação da integração regional na América do Sul se deram em ambiente de desconfiança por parte dos países Sul-Americanos. Primeiramente pela suposição de que este projeto estaria ocultando uma pretensão brasileira de hegemonia. Também pela suposição de que com o avanço das relações de integração o MERCOSUL estaria sendo deixado em segundo plano, ou então que a integração estaria tomando caminhos de uma absorção progressiva da Comunidade Andina pelo MERCOSUL. Além dessas, também havia a crença de que essa integração ia de contraponto as alianças hemisféricas já existentes, principalmente contra ao propósito de promover a integração da América Latina e do Caribe. Atualmente, essas desconfianças foram superadas, basicamente pelo fato do Tratado Constitutivo da UNASUL refletir em sua composição o equilíbrio entre as visões diferenciadas dos seus Estados pertencentes.

A UNASUL envolve os mais diversos interesses econômico, geopolítico e ideológico dos países membros. Na visão brasileira, a UNASUL aparece como uma nova faceta em sua política de inserção internacional, sendo o Brasil o principal gestor da UNASUL, apostando na mesma como propulsor da expansão internacional do país por meio do fortalecimento regional.

Abrangendo as questões de agenda comercial, foi firmado um acordo com finalidade comercial entre os países pertencentes à UNASUL. Esse acordo facilitaria a livre circulação de bens e serviços, a plena utilização dos fatores de produção, a expansão e diversificação do intercâmbio comercial e a eliminação de restrições que acabam por limitar o crescimento regional. Vale ressaltar que assuntos como segurança energética e outros temas de segurança são colocados em pauta na agenda econômico-comercial.

A integração financeira também é colocada em discussão dentro da UNASUL, com a proposta do Banco do Sul, sendo este uma alternativa ao financiamento tradicional que vem sendo efetuado via FMI ou BID. Tem a finalidade, portanto, de fortalecer os processos de integração regional, reduzir as assimetrias e apoiar os projetos nacionais de superação da pobreza e exclusão social.

A integração física foi um projeto liderado pelo Brasil, já no ano de 2000 com a Iniciativa para Integração da Infraestrutura da Região Sul-Americana (IIRSA), tendo o apoio dos demais países da região, sendo concebido como um mecanismo institucional para impulsionar a modernização e a integração da infraestrutura física regional nas áreas de energia, transporte e telecomunicações, sendo composta por 31 projetos prioritários para os governos, considerados de alto impacto regional.

Em 2008, surge dentro da UNASUL o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), que tem por objetivo principal o fortalecimento dos laços entre a América do Sul e o Caribe. Contudo é sabido, segundo as teorias realistas, que o objetivo central da política externa de todo e qualquer Estado é a defesa do seu território e, consecutivamente, da sua soberania. Segundo Guimarães,

O sistema internacional, o campo de segurança, é caracterizado pela insuficiente capacidade do País, isoladamente, em controlar os efeitos desestabilizadores deste sistema, o qual é caracterizado pela distribuição de poder entre as unidades com maior recurso de poder. Assim, a garantia da sobrevivência em um cenário de crescente insegurança internacional faz com que a edificação de um sistema de segurança autônomo e cooperativo seja condição de garantia da soberania da unidade assim como da realização dos objetivos fundamentais da política externa brasileira." (GUIMARÃES, 2012, pág. 7)

Conforme afirma Guimarães (2012), defesa é conceituada como a ação, o movimento que previne uma agressão iminente e injusta, podendo, no âmbito estatal, ser compreendida como uma ação de proteção contra um adversário agressor que busque causar a violação do direito internacional de segurança. Sendo assim, a defesa visa garantir a segurança do Estado, sendo esta uma política pública, cujo objetivo é o de assegurar os meios para que o Estado permaneça ileso diante de agressões externas, sejam advindas de outros Estados ou de origem não estatal.

A segurança também visa garantir que o Estado esteja a salvo de ameaças de agressões por outros Estados, segundo Guimarães (2012). Contudo, se evidencia uma situação que visa o Estado garantido e protegido em todas suas dimensões, contando com os meios necessários para atingir seu objetivo principal quanto Estado: garantir o desenvolvimento social e econômico da sociedade, assim como o pleno exercício da cidadania.

Diante desse cenário que tem por objetivo manter a defesa e segurança dos Estados, assim como criar o sentimento de segurança em seus cidadãos, o CDS aparece no cenário com sendo a primeira instituição especializada em defesa a reunir todos os países da região, partindo de uma iniciativa brasileira. Atualmente o Brasil está encarregado de gerir as crises regionais, promover o intercâmbio de informação e estimular a indústria de armamentos. Vale ressaltar que, nos últimos anos, a América do Sul vem sofrendo mudanças significativas no âmbito de defesa.

A criação do CDS visa gerar cooperação regional no âmbito de defesa. Possuindo três funções principais, sendo elas, (1) atuar como uma organização que administre crises no plano de defesa, (2) contribuir para a construção de um pensamento regional para os temas de defesa e (3) favorecer o desenvolvimento de uma indústria regional de defesa. Segundo Teixeira (2010), deveria possuir quatro áreas fundamentais: a área de criação de informação e comunicação sobre compra de armamentos, a de consulta mútua sobre tratados e acordos de defesa com potências extra regionais, a administração de crise e resolução de conflitos e a atuação da região em Operações de Paz.

Uma postura positiva vem sendo tomada em relação à eficácia desse órgão, baseando-se nas suas características. Primordialmente pelo fato do CDS ser considerado um novo âmbito institucional de negociação regional que pode ser convocado com rapidez e que tem flexibilidade suficiente para tratar de uma ampla variedade de temas. Podendo ser útil para fornecer informação aos membros sobre capacidades militares e intenções, além de ser um espaço onde funcionários de alto escalão interagem regularmente sobre temas de defesa e relações exteriores, criando assim um ambiente de relações de confiança, levando ao estreitamento das relações estatais. A segurança e a manutenção de uma paz na região firma a idéia de que a segurança institucionalizada deve ser encarada como um bem público.

O Brasil acredita na necessidade de haver uma identidade sul-americana na questão de defesa, prezando por valores e princípios fundamentais para um Estado, como soberania, autodeterminação, integridade territorial e a não intervenção em assuntos internos. Essa identidade seria constituída através da diminuição de assimetrias entre os Estados Membros bem como criação de planos de ações capazes de suprir as necessidades locais de segurança.

A necessidade de uma indústria regional de armamentos é discutida também. Segundo Nelson Jobim, ex-ministro da defesa, o Brasil deveria liderar uma corrente de cooperação tecnológica regional que fosse capaz de reduzir a dependência da tecnologia norte-americana. Segundo Battaglino,

Não é possível pensar em desenvolvimento das forças armadas sul-americanas sem haver na região recursos necessários para promover a independência em relação a outro país. A região precisa então de autonomia na indústria de defesa a fim de incentivar a integração. (BATTAGLINO, 2009, pág. 88)

Os países da região estão aumentando seus gastos em defesa. O Brasil aumentou em torno de 29% seus gastos em defesa de 1999-2008, segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE). Contudo, mesmo com o aumento do setor de defesa, há grandes problemas na região, principalmente na busca por recursos naturais escassos.

Segundo García (2010), a UNASUL surgiu como um ambicioso projeto de integração do espaço geográfico sul-americano, onde não se colocam em perigo os interesses dos países, servindo apenas como mecanismo de cooperação regional, principalmente para projeção internacional da região.

Conforme Galerani (2011), o êxito da cooperação em termos de segurança na América do Sul só será possível se cada país tiver interesse real no aprofundamento das relações, dependendo da capacidade de superar os desafios internos e externos que apareçam. Sendo dois os principais desafios apresentados para a região: o aumento das compras de armamentos bem como suas implicações e o embate entre a agenda norte-americana e dos países sul-americanos assim como as conseqüências em termos de cooperação em defesa na América do Sul.

A primeira questão pode ser solucionada com o aumento da confiança, diante da transparência dos gastos bélicos, permitindo também a superação de antigas rivalidades. Já a segunda questão tem como solução a convergência de posicionamento em relação às iniciativas norte-americanas na região, tanto na ordem bilateral quanto no posicionamento do bloco. Com isso as ações estadunidenses que viessem a prejudicar a integração regional seriam neutralizadas. Em resumo, Galerani (2011) afirma que, através do real interesse em cooperação pelos países da região para a consolidação da integração e convergência de ações, poder-se-iam superar os desafios impostos.

A UNASUL surge como um projeto político para as nações sul-americanas, cuja organização gira em torno de uma agenda de cooperação comum entre os doze países membros, projetando seus interesses no cenário internacional, reforçando por meio da cooperação em matéria de defesa e segurança a construção de um ambiente sólido e coeso, baseado na confiança regional.

4. O Conselho de Defesa Sul-Americano

4.1. Histórico

A proposta da criação do Conselho de Defesa Sul Americano surge em 2006, em uma reunião na cidade de Brasília, no encontro entre os presidentes do Brasil, Venezuela e da Argentina. Esta proposta teria como objetivo a recuperação dos parques industriais de defesa, bem como promover o desenvolvimento tecnológico do setor em alcance regional. Além disto, visava fomentar a construção efetiva de estratégias que combatessem as ameaças internacionais a região e também o narcotráfico.

Porém a então proposta perdeu força, sendo somente em 2007 trazida ao enfoque, quando Nelson Jobim assume o Ministério da Defesa brasileiro, sob o discurso de ser necessário um plano regional de defesa. Foram necessários grandes esforços do então ministro para a efetivação do projeto, tendo realizado visitas a todos os países da vizinhança a fim de barganhar maior apoio a este projeto, estas visitas foram intituladas de diplomacia militar.

A construção de uma identidade regional de defesa fora o objetivo primordial deste Conselho, para que assim todos os países sul-americanos tivessem pensamento convergente em relação à defesa nos foros internacionais. Outro objetivo deste Conselho seria o desenvolvimento de uma indústria bélica sul-americana, onde os países poderiam realizar trocas de conhecimentos militares e seriam capazes de formular estratégias eficientes para a defesa da região.

Somente no ano de 2008, o documento que criaria e regulamentaria o Conselho de Defesa Sul-Americano foi aprovado. De acordo com este documento, o Conselho foi criado como “uma instância de consulta, cooperação e coordenação em matéria de Defesa”. (UNASUL, 2008). Ficando acertado que os ministros da defesa e as delegações nacionais que integrariam o Conselho de Defesa Sul-Americano, realizariam anualmente reuniões e que decisões deste Conselho seriam tomadas apenas por consenso.

O respeito à soberania, integridade e inviolabilidade territorial do Estado estão entre os princípios adotados, a não intervenção em relação aos assuntos internos bem como a autodeterminação dos povos são pontos também presentes nos objetivos do conselho. Além destes, a defesa dos recursos naturais das nações configura-se com um dos princípios.

O Estatuto do Conselho fora assinado em dezembro de 2009, mas foi no ano de 2009 em Santiago no Chile que ocorreu a primeira reunião de trabalho do Conselho de Defesa Sul-Americano, tendo sido traçado e aprovado o plano de ação da instituição naquele momento. Nele continham quatro eixos principais: as políticas de defesa, devendo ser compartilhados os dados em relação aos gastos de defesa; ações humanitárias e

operações de paz, havendo uma troca de experiências para futuras operações; indústria de defesa, criando bases para uma possível área de associação estratégica e; a formação e capacitação, com a criação de um centro sul-americano de estudos estratégicos de defesa.

4.2. A importância de uma organização regional em termos de “segurança” – Visão brasileira do Conselho de Defesa Sul-Americano.

A ênfase dada à segurança da América do Sul pela política externa brasileira a partir dos anos 90 torna-se institucionalizada diante da criação da UNASUL e do Conselho de Defesa Sul-Americano, que congrega os doze países sul-americanos. O Brasil vem aumentando seus esforços para consolidar a cooperação regional, objetivando contrabalançar a hegemonia norte-americana através do fortalecimento do espaço sul-americano, espaço este que até então não havia empreendido esforços capazes de unir a região a fim de buscar respostas comuns para seus problemas de segurança.

Diante disto, é notória a importância de uma organização regional em termos de segurança, tendo em vista que assim não há influência direta de um ator de fora da região, principalmente por ser um mecanismo de diálogo entre os Estados membros. Vale ressaltar que segundo Abdul-Hak (2013), para o Brasil este Conselho serviria, ao longo prazo, como promotor dos seus interesses em assuntos de defesa, tendo em vista que permite o desenvolvimento convergente dos pensamentos regionais, bem como possibilita a construção de uma identidade de defesa da América do Sul, além disso, cessando as desconfianças entre os países.

Sob a perspectiva da diplomacia brasileira, mais do que uma oportunidade, a integração regional era tida como uma necessidade, sendo essencial para a inserção internacional brasileira, mesmo com a significativa expansão do poder relativo brasileiro no cenário externo. E especialmente nos assuntos relativos a defesa essa integração seria fundamental, uma vez que o Brasil possui grande faixa de fronteira terrestre (15.791 km) e presença significativa da população nas faixas de fronteira dos países. Logo, o interesse brasileiro não é apenas combater e prevenir os crimes transfronteiriços, mas também fomentar a estabilidade regional, uma vez que a ausência da mesma poderia retrainir o crescimento dos negócios brasileiros.

Porém, não são apenas os interesses econômicos brasileiros que tendem a melhorar com a integração, mas também a infraestrutura, pois a facilitação da articulação territorial dos Estados membros levaria a dinamização do comércio intrazona. Vale levar em consideração também que a integração física proporcionaria a valorização do potencial energético e da exploração dos recursos naturais regionais, dando maior credibilidade a

idéia de que a efetiva inserção internacional brasileira somente ocorrerá por meio da integração regional.

O Conselho de Defesa Sul-Americano, nesse contexto, é tido como um meio de resolver as possíveis desconfianças que se formariam diante das assimetrias desenvolvidas pelos países membros. Entretanto, é importante ressaltar que conforme Abdul-Hak a

mediação regional brasileira tem sido limitada pela carência de recursos militares ou econômicos eficazes, impedindo que o Brasil cumprisse um papel de maior envergadura como o administrador da ordem sub-regional (ABDUL-HAK, 2013, pág. 204).

Mesmo com a postura brasileira de resolver os conflitos de forma diplomática e negociada, a busca por essa liderança regional, exige demonstrações em relação à capacidade militar efetiva do Brasil. Além de sua frota militar se encontrar altamente defasada, o Brasil não possui armas nucleares, nem tampouco produz estudos a cerca desta tecnologia, diferentemente da Rússia, Índia e China que também aspiram à liderança de suas respectivas regiões.

É importante reafirmar, mais uma vez, que este Conselho tem como objetivo contribuir para criação de confiança entre os Estados, deixando clara a natureza brasileira pacifista que rege as relações militares, sempre com enfoque na cooperação, à medida que há necessidade de superar as vulnerabilidades regionais no campo da segurança e defesa. O mesmo também tem atuado na prevenção e redução dos conflitos e tensões regionais, com base na nova agenda de defesa elaborada por todos os membros. Sempre enfocando na cooperação como meio de integração, pois somente através dos acordos e consensos políticos será possível a inserção internacional coesa e concreta da América do Sul.

4.3. Eficácia do Conselho de Defesa para a construção da segurança regional na América do Sul.

Um conjunto de diferentes demandas caracterizam a constituição do Conselho de Defesa Sul-Americano, sendo elas: (1) manutenção da paz e da democracia entre os países da região, (2) construção de uma identidade geopolítica sul-americana, (3) combate ao crime organizado e (4) criação de um mercado regional de defesa.

Na primeira demanda, a integração e a democracia são convergentes, uma vez que o processo de integração regional é tido como fator fundamental para a estabilidade democrática regional, assim como a democracia criaria as bases para criação de confiança entre os países. A segunda demanda preza pela busca de uma autonomia política, onde o CDS seria um instrumento de segurança coletiva, bem como um mecanismo de afirmação política e da soberania. A identidade sul-americana teria como alicerce os princípios de respeito à soberania, integridade e inviolabilidade territorial; não intervenção nos assuntos

internos; e a auto determinação dos povos. No que tange a terceira demanda, o assunto segurança não é debatido de forma explícita no CDS, contudo, surgem avanços no debate acerca de uma visão compartilhada das tarefas de defesa, incluindo assim os crimes transnacionais. A quarta demanda possui caráter pragmático, relacionando-se ao processo de integração econômica, onde o consumo regional poderia desenvolver a indústria bélica podendo, em um futuro longo, tornar a região auto-suficiente.

Por possuir diversos países membros com prioridades distintas, diferentes demandas e estruturas militares, torna-se muito complexa a construção de um pensamento comum institucional, contudo, segundo Dreger,

com o surgimento do Conselho de Defesa Sul-Americano, dentro da estratégia brasileira de projeção sem confronto, ficam estabelecidos dois mecanismos de viés autonomista. Enquanto a UNASUL se coloca como mediadora de controvérsias, o CDS tenta estabelecer uma comunidade de segurança, através da construção de medidas de confiança entre os países, conectando o eixo de fragmentação andino ao Cone Sul sob uma lógica preventiva (DHEGER, 2009, pág. 87).

Para que haja a efetiva construção da segurança regional é primordial consolidar e fortificar o Conselho de Defesa como foro regional em termos de defesa, levando em consideração que o mesmo foi proposto como órgão de consulta e não como uma aliança militar dos países da América do Sul, nem tampouco órgão operacional militar com finalidade de resolver conflitos. A atuação brasileira neste sentido confirma a tradição do Brasil de encabeçar as políticas para a cooperação em termos de defesa, sendo esta fundamental na condução do processo de construção da identidade de defesa sul-americana e do espaço sul-americano para além de um espaço geográfico. Diante disto, a relevância do desenvolvimento de uma estratégia nacional efetiva é primordial, uma vez que com a convergência dos objetivos de política externa e da política de defesa haverá participação mais efetiva e ativa no cenário regional.

A vontade política dos Estados é fundamental para que este arranjo regional tenha bons resultados, onde haja a elaboração, não apenas discursos de governos, mas sim, efetivas políticas de Estado que prezem pela segurança regional. Os problemas contemporâneos de segurança como terrorismo, narcotráfico, tráfico de armas, constituem um perigo real a todos (Estado, instituições e cidadãos). Esses problemas são derivados das condições precárias de ordem pública e da pouca legitimidade do Estado e poderiam ser combatidos diante da cooperação e do fortalecimento da confiança, articulando e executando ações em todos os planos (doméstico, sub-regional e hemisférico).

As questões de segurança pública tornam-se mais graves diante da ausência de políticas estatais unificadas capazes de frear o crescimento da violência e da criminalidade, juntamente com a pouca eficácia das instituições encarregadas da mesma. Contudo, é

importante deixar claro que as iniciativas brasileiras têm como finalidade manter o assunto no ambiente político e não securitizá-lo.

O CDS busca também utilizar a agenda securitária sul-americana como objeto aglutinador dos interesses regionais, por meio do estabelecimento de estratégias comuns, sem, no entanto securitizar todos os assuntos, como exemplo as questões sociais e econômicas. Vale ressaltar a importância de tornar o Conselho de Defesa Sul-Americano efetivo na construção da segurança regional e não apenas mais um órgão retórico, como antigos mecanismos que tentaram ser aplicados.

O primeiro plano de ação do Conselho de Defesa Sul-Americano⁸ fora elaborado em janeiro 2009, em Santiago, Chile. Com validade para o biênio 2009-2010, o plano de ação estabelecia diretrizes de atuação bem como metas para serem alcançadas, contendo também as responsabilidades entre os Estados membros. O preâmbulo deste documento dava grande ênfase aos propósitos e objetivos dos Estados Membros em relação ao Conselho. No decorrer do plano de ação constam também as atividades e ações que seriam desenvolvidas, sendo divididas em quatro linhas temáticas: (1) Política de Defesa; (2) Cooperação Militar, Ações Humanitárias e Operações de Paz; (3) Indústria e Tecnologia de Defesa; e (4) Formação e Capacitação.

A primeira linha temática aborda as Políticas de Defesa, contendo seis ações a serem executadas, sendo elas: criação de uma rede que possibilitaria a troca de informações sobre as políticas de defesa; realização de seminários sobre “A modernização dos Ministérios da Defesa”; possibilitar a transparência aos gastos militares nacionais; definir os enfoques conceituais da política de defesa; identificar os fatores de risco bem como as ameaças a paz regional; e articular posições conjuntas da região diante dos foros multilaterais.

A segunda linha tange a Cooperação Militar, Ações Humanitárias e Operações de paz, propondo quatro ações básicas, que são: a execução do exercício para atuação conjunta em caso de catástrofes naturais na região; realização de conferências a fim de trocar experiências em operações de paz; listar as capacidades nacionais para um futuro auxílio em ações humanitárias; e articular resposta imediata e conjunta em caso de desastres naturais que necessitasse de ações humanitárias.

A terceira linha de ação referia-se à Indústria e Tecnologia da Defesa, podendo ser resumida em realizar um diagnóstico das indústrias nacionais de defesa, incluindo pesquisas e também a transferência de tecnologias entre os Estados Membros através de cooperação bilaterais e multilaterais.

⁸ Documento em anexo.

A última linha de ação é sobre a Formação e Capacitação, sugerindo uma rede sul-americana onde programas conjuntos capacitariam em assuntos de defesa, através da realização de programas docente e estudantil de intercâmbio, além da criação do Centro Sul-Americano de Estudos Estratégicos de Defesa – CSEED em Buenos Aires, Argentina; e a realização do Primeiro Encontro Sul-Americano de Estudos Estratégicos na cidade do Rio de Janeiro, Brasil.

Vale ressaltar que algumas dessas ações de fato foram efetivadas, como a realização do seminário de modernização dos Ministérios da Defesa em Quito, Equador no ano de 2009; ajuda humanitária no terremoto do Haiti em 2010 onde houve ação conjunta dos Estados Membros; e intercâmbio entre as Forças Armadas dos países pertencentes ao CDS de 2010 até os dias atuais. Entretanto, analisando os documentos oficiais da UNASUL e do Conselho, percebe-se que as ações que necessitariam de trocas de informações estratégicas são as que mais dificuldades têm de ser realizadas. Outro ponto importante de ser destacado é o fato de a organização ser relativamente nova, logo essas ações merecem ser mais bem estudadas com o avançar da cooperação regional e da confiança no espaço regional.

O plano de ação elaborado para o ano de 2013 seguiu os mesmos princípios que o anteriormente citado, com as mesmas quatro linhas de ações, contudo com ações diferenciadas. No que tange as políticas de defesa, as duas principais ações acordadas seriam a criação de um Grupo de Trabalho para gestão e monitoramento de áreas definidas, utilizando os recursos do Centro Gestor de Proteção da Amazônia (CESIPAM – Brasil) favorecendo assim os demais países sul-americanos. E também, manter o Grupo de Trabalho que visava estabelecer uma política e mecanismos para enfrentar as ameaças virtuais, cibernéticas e de informática em âmbito de defesa.

No que tange a cooperação militar, ações humanitárias e operações de paz, haveria a realização do Terceiro Exercício Combinado, onde as forças armadas da região seguiriam treinando para caso necessário fosse. Além disto, também ficou acordada a criação de um Grupo de Trabalho para criar um mecanismo de resposta comum aos desastres naturais, avaliando a possibilidade de utilizar mecanismos que já existiam.

Realizar um seminário abordando as tecnologias industriais bélicas foi uma das ações propostas e aceita no plano de ação de 2013, onde se buscava fomentar a cooperação e o intercâmbio entre os membros da UNASUL, bem como mecanismos capazes de atribuir as indústrias regionais de defesa maior prioridade em relação a compra, contratações além do desenvolvimento comum de um sistema de defesa capaz de integrar informações da indústria de defesa bem como as tecnologias da mesma. Outra ação importante nesta mesma linha temática seria a de criar um Grupo de Trabalho constituído por especialistas cujo propósito seria apresentar um projeto regional para o desenvolvimento

de aeronaves não tripuladas, desenvolvidas inteiramente na região, desde o projeto até a execução.

Na última linha de ações, a de formação e capacitação, ficou acordada a realização do Segundo Curso Sul-Americano de Formação de Cíveis em Defesa, o II Curso Avançado de Defesa Sul-Americano (II CAD-SUL) e a elaboração da proposta de criação da Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE). Esta Escola seria o lugar para debater as percepções, estudar as preocupações, analisar as estratégias e políticas de defesa na região, para que assim pudesse haver o maior desenvolvimento científico-tecnológico nos assuntos relevantes as políticas de defesa Sul-Americana.

Assim como no outro plano de ação analisado, algumas ações foram executadas e outras ainda estão em fase de estudos para posteriormente executá-las. No que tangia ações mais concretas com encontros e cursos, todos foram executados. A criação da Escola de Defesa, que possui grande apoio brasileiro, foi aprovada em Fevereiro de 2014 na reunião dos Ministros de Defesa em Parimbo, Suriname. A ESUDE possuirá um centro de altos estudos que se responsabilizará pela elaboração de iniciativas de capacitação aos civis e militares na área em questão. A mesma terá formato centralizado, possivelmente será em Quito, Equador (país que também abriga a sede da UNASUL), reunindo cursos e possibilitando também o intercâmbio entre especialistas regionais em defesa. Todos os países membros poderão oferecer cursos presenciais, semi-presenciais ou à distância. Vale ressaltar que o Brasil já vem trabalhando neste sentido, sendo assim suas iniciativas deverão fazer parte do corpo de cursos da ESUDE, um exemplo é Curso Avançado de Defesa Sul-Americano (CAD-SUL), que neste ano de 2014 será realizado pela terceira vez consecutiva na Escola Superior de Guerra (ESG), no Rio de Janeiro, Brasil.

Com isso, torna-se evidente que apesar dos diversos obstáculos encontrados, o continente caminha para a efetiva construção da segurança regional, através da cooperação por meio do Conselho de Defesa Sul-Americano, sempre prezando por seus princípios constitutivos: a soberania dos Estados, a democracia e o diálogo.

5. Considerações Finais

O conceito de segurança desenvolveu-se com o passar dos anos diante dos acontecimentos mundiais. Após a Primeira Guerra Mundial, o desenvolvimento da segurança coletiva tornou-se necessário a fim de evitar que novos acontecimentos como este viessem a ocorrer, garantindo assim a paz mundial. Contudo, a tão sonhada paz mundial não aconteceu, e diversos outros conflitos aconteceram no mundo no decorrer dos anos. O debate a cerca da segurança regional surge com o fim da Guerra Fria, nos anos 90. Contudo este debate toma força após os atentados de 11 de setembro de 2001 às torres gêmeas em Nova York, EUA, onde o dilema da segurança (abordado na teoria neorrealista) demandava a surgimento um processo contínuo de cooperação em assuntos de defesa.

Na América do Sul, os Estados buscavam a evolução da cooperação através da elaboração de um plano de defesa conjunta e transparente, sem que isso diminuísse a soberania estatal de cada país, criando assim equilíbrio regional em termos de defesa. O papel brasileiro neste processo é fundamental, uma vez que o mesmo encabeça as ações para promoção da cooperação, mas também por possuir grande habilidade diplomática, o que permitiria o debate deste tema com grandes potências.

Para que o processo de cooperação seja concretizado, a política externa brasileira deve atuar tanto em nível global como regional, à medida que suas ações externas não sejam excludentes, nem tampouco que se crie um ambiente de competição no cenário regional, tendo como meta alcançar o objetivo final: a integração e a projeção internacional da América do Sul. Ainda há muitas disparidades entre os países envolvidos, contudo é necessário o engajamento de todos os Estados envolvidos, colocando em primeiro plano os ganhos individuais que seriam obtidos através da cooperação (através da elaboração de estratégias conjuntas de cunho socioeconômico) além da autonomia do subcontinente perante o Sistema Internacional. Diante disto, a UNASUL bem como o Conselho de Defesa Sul-Americano tornam-se importantes mecanismos para aproximação dos países sul-americanos.

O Conselho de Defesa Sul-Americano é tido como projeto inovador e também útil para os interesses regionais em termos de defesa, sendo proporcionado diante da aproximação entre os países sul-americanos por meio da cooperação nos mais diversos temas. Contudo, a consolidação do mesmo deverá enfrentar diversos obstáculos tanto interna como externamente, pois é notável que apesar da proximidade física, há diferentes percepções dos padrões de ameaça e defesa e essas diferenças de percepções causariam principalmente dificuldades de cooperação militar entre os países.

A cooperação em termos de defesa proposta pelo CDS oferece aos Estados membros diversos ganhos, entre eles a recuperação e o fortalecimento da indústria regional

de defesa, a criação de confiança e o surgimento de novas redes de interesse através de um novo ator no cenário. Este Conselho surge no cenário regional como um canal capaz de produzir diálogo regional a fim de solucionar problemas político-militares e proporcionar a aproximação entre as autoridades de defesa. Além desses ganhos, no longo prazo, busca-se diminuir as desconfianças regionais, bem como tornar sólida a identidade de defesa da região sul-americana.

A idéia principal é que as agendas de defesa e segurança não sejam mais ligadas a conceitos e concepções que não sejam oriundas da região. Leva-se em consideração a necessidade de prevenir situações que gerem instabilidade e tensão, por meio de interdependência, minimizando assim possíveis riscos de intervencionismo externo. Vale ressaltar que a plena consolidação do CDS, e consecutivamente a segurança regional, só serão possíveis com a continua articulação das políticas externas a fim que venham a convergir, bem como as políticas de defesa.

O Brasil possui papel fundamental principalmente por ser o país com maior produção científico-tecnológico-militar na América do Sul e também maior pólo industrial defesa na região, mas acima de tudo caracteriza-se neste cenário como o alicerce para a constituição de uma comunidade de segurança na região usando como propulsor do Conselho de Defesa Sul-Americano.

Referências Bibliográficas

ALCA. Primeira Cúpula das Américas. Miami, 1994. Disponível em:< http://www.ftaa-alca.org/summits/miami/plan_p.asp> Acesso em: 27/07/2014.

ALCA. Segunda Cúpula das Américas, Santiago, 1998. Disponível em:< http://www.ftaa-alca.org/Summits/Santiago/plan_p.asp> Acesso em: 27/07/2014.

ALCA. Terceira Cúpula das Américas, Quebec, 2001. Disponível em:< http://www.ftaa-alca.org/summits/quebec/plan_p.asp> Acesso em> 27/07/2014.

ABDUL-HAK, Ana Patrícia Neves Tanaka. **O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS): Objetivos e interesses do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013.

AMORIM, Celso Nunes Luiz. **Uma diplomacia voltada para o desenvolvimento e a democracia**. *IN*: FONSECA, Gilberto; CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de. Temas de política externa brasileira II. São Paulo: Paz e Terra; Brasília Ipri, v.1, 2ª ed, 1997, p. 15-29.

ARAÚJO Jr., José Tavares. **Infraestrutura e integração regional: o papel da IIRSA**. CINDES, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:< http://www.cindesbrasil.org/site2010/index.php?option=com_jdownloads&itemid=14&view=finish&cid=290&catid=28> Acesso em: 21/02/2014.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as nações**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.

AZAMBUJA, Marcos Castrioto de. **As Nações Unidas e o conceito de segurança coletiva**. Estudos Avançados vol.9 nº 25. São Paulo, 1995. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141995000300011&script=sci_arttext> Acesso em: 21/04/2014.

BATISTA, Paulo Nogueira. **A política externa de Collor: Modernização ou retrocesso?** p. 193 – 226. *IN*: BATISTA, Paulo Nogueira. Pensando o Brasil: Ensaios e palestras. Brasília: FUNAG, 2009. Disponível em: < http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Paulo_nogueira_batista.pdf>

BATTAGLINO, Jorge. **O Brasil e a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano. Uma convergência de vantagens**. Revista Nueva Seguridad, 2009, p. 79-89. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/p7-6_1.pdf> Acesso em: 28/06/13.

BRIGADÃO, Clóvis. **Paz, segurança internacional e a inserção brasileira**. Tese de doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais. Porto Alegre: UFRGS, 2011

BUZZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CABRAL, Ricardo Pereira. **Complexos Regionais de Segurança: a busca de um modelo para a América do Sul**. In: Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276513961_ARQUIVO_ComplexoRegionaldeSeguranca-Anpuh.pdf> Acesso em: 25/11/13.

CASTRO, Thales. **Elementos de Política Internacional: Redefinições e Perspectivas**. Curitiba: Juruá, 2011.

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4ª edição. Brasília: Ed. UnB, 2011.

CEPIK, Marco. **Segurança na América do Sul: Traços estruturais e dinâmica conjuntural**. Análise de Conjuntura OPSA, nº9. Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM, 2005.

DREGER, Fabrício Brugali. **A integração na América do Sul: A UNASUL e o Conselho de Defesa Sul-Americano**. Monografia do curso de Relações Internacionais. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

ELIAS, Fernando Lopez Ferraz. A segurança coletiva internacional pós-intervenção do Iraque. *IN: MENEZES, Wagner (org.). Estudos de direito internacional: anais do 2º congresso brasileiro de direito internacional*. Curitiba: Juruá, 2004.

ELIAS, Fernando Lopez Ferraz. O novo sistema de segurança coletiva internacional. Disponível em: <http://www.cedin.com.br/static/revistaeletronica/artigos/Fernando%20DIH.pdf> Acesso em: 05/05/2014.

Estratégia de Defesa Nacional. Ministério da Defesa. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf Acesso em: 30/10/13.

EXERCÍTO BRASILEIRO. Missões de paz. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/missoes-de-paz> Acesso em: 31/07/2014.

FILHO, Oscar Medeiros. Conselho de Defesa Sul-Americano: Origens, demandas e propósitos. São Paulo, s/d. Disponível em: www.uel.br/pos/mesthis/abed/anais/OscarMedeirosFilho.doc Acesso em: 06/05/2014.

GAMA, Marcos Vinicius Pinta. **O Conselho de Defesa Sul-Americano e sua instrumentalidade**. *In: JOBIM, Nelson A.; ETCHEGOYEN, Sergio W.; ALSINA, João Paulo. (Orgs.). Segurança Internacional: Perspectivas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

GALERANI, Kleber Antonio. Conselho Sul-Americano de Defesa: Gênese, Desenvolvimento Inicial e Desafios (2008-2010). Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais da UFRGS, 2011.

GARCÍA, Carlos Alberto Chaves. **La Inserción internacional de Sudamérica: la apuesta por la Unasul**. *Revista de Ciencias Sociales*, nº38. Quito, 2010, p. 29-40. Disponível em: <http://www.flacso.org.ec/docs/i38chaves.pdf> Acesso em: 26/07/13.

GUIMARÃES, Márcio Azevedo. **A Política de Defesa do Brasil e o Conselho de Defesa Sul-Americano**. Tese de doutorado em Ciência Política. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

HERZ, Monica. **Segurança Internacional na América do Sul**. *In: JOBIM, Nelson A.; ETCHEGOYEN, Sergio W.; ALSINA, João Paulo. (Orgs.). Segurança Internacional: Perspectivas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ISAPE, Debate. Perspectivas e desafios para a integração sul americana. Número 1. Agosto 2012. Disponível em: www.isape.org.br/index.php/publicacao/download/17

MESSARI, Nizzar. Existe um novo cenário de segurança internacional? Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/relint/messari.pdf> Acesso em: 24/04/2014.

MOREIRA, Felipe Kern. A fragmentação do sistema internacional de segurança coletiva e dos desafios da segurança Latino-Americana. Disponível em: < http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5581> Acesso em: 05/05/2014.

NYE Jr., **Joseph S. Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Gente, 2009.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Política externa brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

PAGLIARI, Graciela de Conti. Segurança Regional e política externa brasileira: as relações entre Brasil e América do Sul, 1990-2006. Tese de doutorado em Relações Internacionais. Brasília: UNB, 2009.

PAGLIARI, Graciela. **O Brasil e a Segurança Regional**. In: CEPIK, Marco (Org.). América do Sul. Economia e Política da Integração Regional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PATRIOTA, Antônio de Aguiar. **O Conselho de Segurança após a guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva**. Brasília, DF: Instituto Rio Branco; FUNAG; Centro de Estudos Estratégicos, 1998. Disponível em: < <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0001.pdf>>

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais**. 4 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

SEITENFUS, Ricardo. Novos Paradigmas da Segurança Coletiva Internacional. Disponível em: < <http://www.seitenfus.com.br/arquivos/novos-paradigmas.pdf>> Acesso em: 21/04/2014.

SIEBENEICHLER, Pedro Biaggio. **O Brasil no Cenário Sul-Americano de Defesa e Segurança no início do século XXI**. Monografia do curso de Relações Internacionais. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SILVA, Inês dos Santos; GIL, Aldo Duran Gil. **A Política Externa do Governo Lula frente à União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)**. Uberlândia, s/d.

TEIXEIRA Jr., Augusto Wagner Menezes. **Segurança Sul-Americana e a centralidade do Conselho de Defesa Sul-Americano para a Ordem Regional**. Revista Meridiano 47, nº 117, 2010, p.15-17.

UNASUL, Estatuto do Conselho de Defesa Sul-Americano. Santiago, 2008.

VIDIGAL, Armando A. Ferreira. **Integração sul-americana: segurança regional e defesa nacional**. Caderno de Premissas, nº 14, 1996. Disponível em: < www.midiaindependente.org/media/2008/05/421030.doc>

VIZENTINI, Paulo. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.

Anexo I. Estatuto do Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL, Santiago, Chile, 2008.

ESTATUTO DO CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO DA UNASUL

11 DE DEZEMBRO DE 2008

SANTIAGO, CHILE

As Chefas e os Chefes de Estado e de Governo reunidos na IIIa Reunião Ordinária da UNASUL.

Reafirmando os princípios consagrados no Tratado Constitutivo da UNASUL, subscrito em Brasília.

Considerando a necessidade da UNASUL de contar com um órgão de consulta, cooperação e coordenação em matéria de Defesa.

Resolvem:

I.- Natureza

Artigo 1. Cria-se o Conselho de Defesa Sul-Americano como instancia de consulta, cooperação e coordenação em matéria de Defesa em harmonia com as disposições do Tratado Constitutivo da UNASUL em seus artigos 3 alíneas, 5 e 6.

II.- Princípios

Artigo 2. O Conselho será regido pelos princípios e propósitos estabelecidos na Carta das Nações Unidas e na Carta da Organização dos Estados Americanos, bem como nos Mandatos e Decisões do Conselho de Chefas e Chefes de Estados e de Governo da UNASUL.

Artigo 3. O Conselho de Defesa atuará conforme os princípios a seguir:

- a) Respeito de maneira irrestrita à soberania, integridade e inviolabilidade territorial dos Estados, a não-intervenção nos assuntos internos e a autodeterminação dos povos.
- b) Ratifica a plena vigência das instituições democráticas, o respeito irrestrito aos direitos humanos e o exercício da não-discriminação no âmbito da defesa, com o objetivo de reforçar e garantir o estado de direito.
- c) Promove a paz e a resolução pacífica de controvérsias.

- d) Fortalece o diálogo e o consenso em matéria de defesa mediante a promoção de medidas de confiança e transparência.
- e) Salvaguarda a plena vigência do Direito Internacional de acordo com os princípios e normas da Carta das Nações Unidas, a Carta da Organização dos Estados Americanos e o Tratado Constitutivo da UNASUL.
- f) Preserva e fortalece América do Sul como espaço livre de armas nucleares e de destruição em massa, promovendo o desarmamento e a cultura de paz no mundo.
- g) Reconhece a subordinação constitucional das instituições da defesa à autoridade civil legalmente constituída.
- h) Afirma o pleno reconhecimento das instituições encarregadas da defesa nacional consagradas pelas Constituições dos Estados Membros.
- i) Promove a redução das assimetrias existentes entre os sistemas de defesa dos Estados Membros da UNASUL de modo de fortalecer a capacidade da região no campo da defesa.
- j) Fomenta a defesa soberana dos recursos naturais de nossas nações.
- k) Promove, em conformidade com o ordenamento constitucional e legal dos Estados Membros, a responsabilidade e a participação cidadã nos assuntos da defesa, como bem público que diz respeito ao conjunto da sociedade.
- l) Leva em conta os princípios de gradualidade e flexibilidade no desenvolvimento institucional da UNASUL e na promoção de ações de cooperação no campo da defesa, reconhecendo as diferentes realidades nacionais.
- m) Reafirma a convivência pacífica dos povos, a vigência dos sistemas democráticos de governo e sua proteção, em matéria de defesa, perante ameaças ou ações externas ou internas, no marco das normativas nacionais. Igualmente, rejeita a presença ou ação de grupos armados à margem da lei, que exerçam ou propiciem a violência qualquer seja a sua origem.

III.- Objetivos

Artigo 4. O Conselho de Defesa Sul-Americano tem como objetivos gerais os indicados a seguir:

- a) Consolidar América do Sul como uma zona de paz, base para a estabilidade democrática e o desenvolvimento integral de nossos povos, e como contribuição para a paz mundial.
- b) Construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa, que leve em conta as características sub-regionais e nacionais e que contribua para o fortalecimento da unidade da América Latina e o Caribe.
- c) Gerar consensos para fortalecer a cooperação regional em matéria de defesa.

Artigo 5. Os objetivos específicos do Conselho de Defesa Sul-Americano são:

- a) Avançar gradualmente na análise e discussão dos elementos comuns de uma visão conjunta em matéria de defesa.
- b) Promover a troca de informação e análise sobre a situação regional e internacional, com o objetivo de identificar os fatores de riscos e ameaças que possam afetar a paz regional e mundial.
- c) Contribuir para a articulação de posições conjuntas da região em foros multilaterais sobre defesa, no marco do artigo 14 do Tratado Constitutivo da UNASUL.
- d) Avançar na construção de uma visão compartilhada a respeito das tarefas da defesa e promover o diálogo e a cooperação preferencial com outros países da América Latina e o Caribe.
- e) Fortalecer a adoção de medidas de fomento da confiança e divulgar as lições aprendidas.
- f) Promover o intercâmbio e a cooperação no âmbito da indústria de defesa.
- g) Incentivar o intercâmbio em matéria de formação e capacitação militar, facilitar processos de treinamento entre as Forças Armadas e promover a cooperação acadêmica dos centros de estudos de defesa.
- h) Compartilhar experiências e apoiar ações humanitárias tais como a desminagem, prevenção, mitigação e assistência às vítimas dos desastres naturais.
- i) Compartilhar experiências em operações de manutenção da paz das Nações Unidas.
- j) Trocar experiências a respeito dos processos de modernização dos Ministérios da Defesa e das Forças Armadas.
- k) Promover a incorporação da perspectiva de gênero no âmbito da defesa.

IV.- Estrutura

Artigo 6. O Conselho de Defesa Sul-Americano estará integrado pelas Ministras e os Ministros da Defesa, ou seus equivalentes, dos países membros da UNASUL.

Artigo 7. As delegações nacionais estarão conformadas por altos representantes das Relações Exteriores e da Defesa e pelos assessores cuja participação seja considerada necessária pelos Estados Membros.

Artigo 8. O Conselho terá uma instância executiva, liderada pelas Vice-Ministras e pelos Vice-Ministros da Defesa, ou seus equivalentes

Artigo 9. A Presidência do Conselho de Defesa Sul-Americano corresponderá ao mesmo país que ocupe a Presidência Pro Tempore da UNASUL. A Presidência terá a responsabilidade de coordenar as atividades do Conselho.

Artigo 10. O Conselho poderá construir grupos de trabalho para estudar temas específicos e formular sugestões ou recomendações.

Artigo 11. As atribuições da Presidência do Conselho de Defesa Sul-Americano são as seguintes:

- a) Assumir as tarefas de secretaria do Conselho e demais instancias de trabalho, incluindo a comunicação com os Estados Membros e o envio de informações relevante para os trabalhos do Conselho.
- b) Elaborar a proposta de agenda e organização dos trabalhos para as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Defesa Sul-Americano, a ser submetida à consideração dos demais Estados Membros.
- c) Formular, através de consulta prévia aos Estados Membros, convites a especialistas para participar em reuniões do Conselho de Defesa Sul-Americano.

V.- Funcionamento

Artigo 12. O Conselho realizará reuniões ordinárias anualmente, conforme o critério de rotação da Presidência Pro Tempore da UNASUL.

Artigo 13. Os acordos do Conselho serão adotados por consenso, em conformidade com o artigo 12 do Tratado Constitutivo da UNASUL.

Artigo 14. A instância executiva do Conselho se reunirá cada seis meses, sem prejuízo de reuniões extraordinárias, e elaborará o plano de ação anual.

Artigo 15. A Presidência convocará reuniões extraordinárias do Conselho a pedido da metade de seus Estados Membros.

Artigo 16. O Conselho e seus Estados Membros irão conferir aos documentos entregues o tratamento determinado pelo país de origem.

Artigo 17. A incorporação de novos Estados ao Conselho de Defesa Sul-Americano será realizada conforme o estabelecido nos artigos 19 e 20 do Tratado Constitutivo da UNASUL.

Artigo 18. Nas iniciativas de diálogo e cooperação com outras organizações regionais ou sub-regionais similares, o Conselho atuará em conformidade com os artigos 6, 7 e 15 do Tratado Constitutivo da UNASUL.

Anexo II. Plano de Ação 2009. Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) da UNASUL - Santiago, Chile.

PLAN DE ACCIÓN 2009

LA PRIMERA REUNIÓN DE VICEMINISTROS DE DEFENSA del Consejo de Defensa Suramericano (CDS), que es la instancia ejecutiva del Consejo conforme con el Artículo 8° de los estatutos del CDS, reunido en Santiago de Chile los días 28 y 29 de enero de 2009, acordó, teniendo en cuenta el mandato que emana del Artículo 14°, redactar un Plan de Acción para el año 2009.

EL OBJETIVO DEL PLAN es impulsar un conjunto de iniciativas factibles de realizar en el corto y mediano plazo, que den legitimidad y visibilidad al Consejo, de acuerdo a los principios y objetivos establecidos en los artículos 2°, 3°, 4° y 5°, de la Decisión para el Establecimiento del CDS. El documento contiene un cronograma de reuniones, con la especificación de sus tareas y países responsables. Más allá de las medidas específicas establecidas en este documento, en lo esencial se plasma en acciones el sentido y objetivos de los debates que acompañaron la elaboración de los estatutos del CDS. Éstos reflejaron la unidad de propósitos que hoy alcanzan nuestros países en la perspectiva de construir una zona de paz y cooperación. Este documento es una agenda amplia para la construcción común de la identidad suramericana de defensa que se expresará, gradual y paulatinamente, en el conjunto de iniciativas que impulsarán nuestras Ministras y Ministros de Defensa y nuestras Jefas y Jefes de Estado.

LOS VICEMINISTROS DE DEFENSA acuerdan el presente Plan de Acción tomando en especial consideración el Artículo 4° de la Decisión para el establecimiento del CDS. Éste considera los siguientes objetivos generales para el CDS:

- a) Consolidar Suramérica como una zona de paz, base para la estabilidad democrática y el desarrollo integral de nuestros pueblos, y como contribución a la paz mundial.
- b) Construir una identidad suramericana en materia de defensa, que tome en cuenta las características subregionales y nacionales y que contribuya al fortalecimiento de la unidad de América Latina y el Caribe.
- c) Generar consensos para fortalecer la cooperación regional en materia de defensa.

Asimismo, teniendo en cuenta el Artículo 5° de dicha Decisión, tenemos presente que los objetivos específicos del CDS son:

- a) Avanzar gradualmente en el análisis y discusión de los elementos comunes de una visión conjunta en materia de defensa.
- b) Promover el intercambio de información y análisis sobre la situación regional e internacional, con el propósito de identificar los factores de riesgos y amenazas que puedan afectar la paz regional y mundial.
- c) Contribuir a la articulación de posiciones conjuntas de la región en foros multilaterales sobre defensa, dentro del marco del artículo 14° del Tratado Constitutivo de UNASUR.
- d) Avanzar en la construcción de una visión compartida respecto de las tareas de la defensa y promover el diálogo y la cooperación preferente con otros países de América Latina y el Caribe.
- e) Fortalecer la adopción de medidas de fomento de la confianza y difundir las lecciones aprendidas.
- f) Promover el intercambio y la cooperación en el ámbito de la industria de defensa.
- g) Fomentar el intercambio en materia de formación y capacitación militar, facilitar procesos de entrenamiento entre las Fuerzas Armadas y promover la cooperación académica de los centros de estudios de defensa.

- h) Compartir experiencias y apoyar acciones humanitarias tales como desminado, revención, mitigación y asistencia a las víctimas de los desastres naturales.
- i) Compartir experiencias en operaciones de mantenimiento de la paz de Naciones Unidas.
- j) Intercambiar experiencias sobre los procesos de modernización de los Ministerios de Defensa y de las Fuerzas Armadas.
- k) Promover la incorporación de la perspectiva de género en el ámbito de la defensa.

ACUERDAN desarrollar cuatro ejes o lineamientos de acción que, a su vez, contienen una serie de iniciativas específicas.

1. POLÍTICAS DE DEFENSA.

- Crear una red para intercambiar información sobre políticas de defensa. (Responsable: Presidencia Pro Tempore).
- Realizar un seminario sobre modernización de los Ministerios de Defensa. (Responsables: Chile, Ecuador, Perú, Bolivia y Colombia, agosto de 2009).
- Transparentar la información sobre gastos e indicadores económicos de la defensa. (Responsables: Argentina y Chile).
- Propiciar la definición de enfoques conceptuales. (Responsable: Venezuela. Compromete seminario).
- Identificar los factores de riesgo y amenazas que puedan afectar la paz regional y mundial. (Responsable: Venezuela. Compromete seminario).
- Crear un mecanismo para contribuir a la articulación de posiciones conjuntas de la región en foros multilaterales sobre defensa. (Responsables: Chile y Perú).

2. COOPERACIÓN MILITAR, ACCIONES HUMANITARIAS Y OPERACIONES DE PAZ.

- Planificar un ejercicio combinado de asistencia en caso de catástrofe o desastres naturales. (Responsables: Argentina, Perú, Venezuela y Bolivia).
- Organizar una conferencia sobre lecciones aprendidas en operaciones de paz, tanto en el ámbito interno como multilateral. (Responsables: Argentina y Uruguay).
 - Elaborar un inventario de las capacidades de defensa que los países ofrecen para apoyar las acciones humanitarias. (Responsable: Brasil y Colombia).
- Intercambiar experiencias en el campo de las acciones humanitarias a fin de establecer mecanismos de respuesta inmediata para la activación de acciones humanitarias frente a situaciones de desastres naturales. (Responsables: Argentina, Perú y Venezuela).

3. INDUSTRIA Y TECNOLOGÍA DE LA DEFENSA.

- Elaborar un diagnóstico de la industria de defensa de los países miembros identificando capacidades y áreas de asociación estratégicas, para promover la complementariedad, la investigación y la transferencia tecnológica. (Responsable: Ecuador. Compromete la realización de un taller para elaborar un marco conceptual y una metodología para el diagnóstico).
- Promover iniciativas bilaterales y multilaterales de cooperación y producción de la industria para la defensa en el marco de las naciones integrantes de este consejo. (Responsable: Venezuela. Compromete un taller de trabajo).

4. FORMACIÓN Y CAPACITACIÓN.

- Elaborar un registro de las academias y centros de estudio en defensa y de sus programas y crear una red suramericana de capacitación y formación en defensa, que permita el intercambio de experiencias y el desarrollo de programas conjuntos. (Responsable: Venezuela. Compromete un documento propositivo para articulación de una Red).

- Proponer programas de intercambio docente y estudiantil, homologación, evaluación y acreditación de estudios, reconocimiento de títulos y becas entre las instituciones existentes. (Responsables: Chile, Ecuador, Perú y Uruguay).
- Crear el Centro Suramericano de Estudios Estratégicos de Defensa (CSEED) en Buenos Aires, Argentina. (Responsable: Argentina y Argentina).
- Realizar durante el 11, 12 y 13 de noviembre de 2009, en Río de Janeiro, el Primer Encuentro Suramericano de Estudios Estratégicos (1er ESEE). (Responsables: Argentina, Brasil y Chile).

CRONOGRAMA DE REUNIONES

9 y 10 de Marzo, Primera Reunión de Ministros del CDS, Santiago de Chile. Mayo Traspaso presidencia del CDS al Ecuador.

PROPUESTA DE AGENDA DE LA PRIMERA REUNIÓN DE MINISTROS DEL CDS

1. Aprobación del Plan de Acción 2009.
2. Diálogo Político con Agenda Abierta.
3. Suscripción de Documento Final.

Anexo II. Plano de Ação 2013 - Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) da UNASUL - Lima, Peru.



PLAN DE ACCIÓN 2013 - CDS

EJE 1 Políticas de Defensa

N/O	ACTIVIDAD	RESPONSABLE	INICIO	TÉRMINO	LUGAR	CORRESPONSABLE	OBSERVACIONES
1.a	Crear un Grupo de Trabajo para gestión y monitoreo de áreas especiales utilizando los recursos del Centro Gestor de Protección de la Amazonia (CENSIPAM) en provecho de los países miembros de la UNASUR.	Brasil			Brasilia	Perú, Colombia, Ecuador, Suriname, Venezuela, Guyana.	Segundo trimestre 2013.
1.b	Completar el estudio metodológico para transparentar el inventario militar de los países suramericanos.	Chile			Santiago de Chile.	Perú	Enero a diciembre 2013. Virtual y presencial.
1.c	Realizar un seminario de las mejores prácticas en metodologías de planeación estratégicas en defensa con participación de todos los países miembros de UNASUR.	Colombia			Bogotá	Chile.	Octubre 2013 (2 días) Presencial.
1.d	Implementar la plataforma de Aula Virtual del UNASUR-CDS como instrumento que permita realizar reuniones, seminarios e intercambio de información virtual en tiempo real, como video conferencias, con la finalidad de mantener el contacto permanente entre los integrantes de los países miembros de UNASUR.	Perú			Lima		Segundo trimestre. Virtual y presencial.
1.e	Crear un grupo de trabajo para evaluar la propuesta de implementación de una metodología que permita optimizar las actividades del Plan de Acción.	Venezuela				Perú.	Primer trimestre. Virtual.
1.f	Mantener el grupo de trabajo para establecer una política y mecanismos regionales para hacer frente a las amenazas cibernéticas e informáticas en el ámbito de la defensa.	Perú			Lima	Colombia, Venezuela, Brasil, Uruguay.	Primer trimestre. Virtual y Tercer trimestre presencial.

EJE 2 Cooperación Militar, Acciones Humanitarias y Operaciones de Paz

N/O	ACTIVIDAD	RESPONSABLE	INICIO	TÉRMINO	LUGAR	CORRESPONSABLE	OBSERVACIONES
2.a	Continuar con el Grupo de Trabajo encargado de la elaboración de mapas de riesgo de desastres naturales a nivel de cada país suramericano.	Chile			Santiago de Chile.	Perú, Ecuador, Guyana.	Segundo trimestre. Presencial.
2.b	Realizar el Tercer Ejercicio Combinado Regional en la carta, sobre Operaciones de Mantenimiento de Paz y Ayuda Humanitaria denominado "UNASUR III", incluyendo en estos ejercicios entre otros elementos, la inclusión de la mujer y protección de civiles en operaciones de paz.	Argentina				Venezuela, Perú, Uruguay, Ecuador, Chile, Brasil.	Tercer trimestre Virtual y presencial.
2.c	Crear un Grupo de Trabajo para reunir en un mecanismo de respuesta a los desastres naturales: el Protocolo de Cooperación presentado por Perú, por medio de la Actividad 2.d y el Inventario de Capacidades de Defensa de los Estados para respuesta a los desastres, presentado por Brasil, a través de la actividad 2.c del Plan de Acción 2012. Evaluar la posibilidad de utilizar los mecanismos ya existentes.	Brasil			Brasilia	Chile, Argentina, Venezuela, Perú	Primer trimestre virtual Segundo trimestre presencial.

EJE 3 Industria y Tecnología de la Defensa

N/O	ACTIVIDAD	RESPONSABLE	INICIO	TÉRMINO	LUGAR	CORRESPONSABLE	OBSERVACIONES
3.a	Realizar un Seminario Suramericano de Tecnología Industrial Básica – Seguridad y Defensa para incentivar la cooperación y el intercambio en el ámbito de la UNASUR, de mecanismos que incentiven y atribuyan a las industrias regionales una mayor prioridad y con normas especiales para las compras, las contrataciones y el desarrollo de productos y sistemas de defensa, así como desarrollar un sistema integrado de información sobre industria y tecnología de la defensa.	Brasil			Sao Paulo	Ecuador, Venezuela, Colombia.	Tercer trimestre. Presencial.
3.b	Crear un Grupo de Trabajo, constituido de expertos con el propósito de presentar el diseño, el desarrollo y la producción regional de un sistema de aeronaves no tripuladas, considerando los requisitos operacionales presentados en el informe de factibilidad concluido el año 2012.	Brasil			Brasilia	Argentina, Chile, Venezuela.	Primer semestre. Virtual y presencial.
3.c	Conformar un Grupo de trabajo que presente un informe de factibilidad con vistas al diseño, desarrollo de una industria para la producción de raciones alimenticias a fin de cubrir las necesidades de Suramérica para asistencia en caso de eventos naturales, catástrofes y/o ejercicios militares.	Venezuela				Argentina, Guyana, Brasil, Colombia.	Tercer trimestre. Virtual.
3.d	Elaborar un estudio y formular una propuesta para la creación de un Programa Suramericano de Producción de medicamentos en el ámbito de la defensa, en consulta con el Consejo Suramericano de Salud y el Instituto Suramericano de Gobierno en Salud (ISAGS) del Consejo sobre esta materia.	Argentina				Uruguay, Brasil.	

EJE 4 Formación y Capacitación

N/O	ACTIVIDAD	RESPONSABLE	INICIO	TÉRMINO	LUGAR	CORRESPONSABLE	OBSERVACIONES
4.a	Concluir el planeamiento preliminar de la expedición al Polo Sur, realizando el curso de capacitación del personal que participará en la actividad, para realizar eventualmente la misma, durante la Campaña Antártica 2014.	Argentina				Venezuela, Suriname, Perú, Ecuador, Uruguay, Brasil.	(setiembre octubre 2013) Presencial (una semana)
4.b	Realizar el Segundo Curso Suramericano de Formación de Civiles en Defensa.	Argentina				Brasil, Chile.	Tercer trimestre virtual Cuarto trimestre presencial.
4.c	Realizar un curso de capacitación y actualización de buceo en altura, dirigido a operaciones militares y rescate subacuático.	Bolivia			La Paz	Argentina.	Cuarto trimestre 2013.
4.d	Realizar el II Curso Avanzado de Defensa Suramericano (II CAD-SUL).	Brasil			Río de Janeiro	Colombia, Argentina.	Tercer trimestre. Presencial.
4.e	Realizar un Seminario que determine los alcances del concepto de "Madre Tierra" y su relación con la Defensa que evalúe la posibilidad de proponer un programa de educación, dirigido al personal de los Ministerios de Defensa de los países miembros de UNASUR.	Bolivia				Ecuador, Guyana.	Segundo trimestre virtual.
4.f	Elaborar una propuesta de creación de la Escuela Suramericana de Defensa.	Ecuador				Venezuela, Perú, Guyana, Suriname, Uruguay.	Responsables: Brasil, Argentina, Ecuador. Enero a junio 2013.

